



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ALYNE OLIVEIRA BORGES

**ENVELHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO
SOBRE VELHOS MILITANTES.**

Salvador
2018

ALYNE OLIVEIRA BORGES

**ENVELHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO
SOBRE VELHOS MILITANTES.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dra. Valéria dos Santos Noronha.

Salvador
2018

A minhas avós Mariquinha, Iracema e Chica pela inspiração e constante
encorajamento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo seu amor, paz, proteção, sabedoria e força, pois sem ELE não teria encontrado forças para prosseguir e para vencer tantos obstáculos durante toda a graduação e, sobretudo, na realização desse trabalho.

Aos meus pais, Antônio e Rose por todo o amor e dedicação, por acreditarem em mim e me apoiar em todos os meus sonhos.

As minhas avós, por todo amor e carinho, por rirem das minhas alegrias e chorarem as minhas tristezas, eu realmente sou uma pessoa de sorte por ter vocês na minha vida.

Ao meu marido Diego pelo companheirismo, apoio e pelas lutas travadas ao meu lado.

Aos outros membros da minha família, que contribuíram de diversas maneiras para que eu chegasse onde cheguei.

A professora Valéria Noronha, por me acompanhar durante minha graduação sempre acreditando em mim e me apoiando e por ter aceitado o desafio de me orientar.

A professora Marina Cruz por contribuir pelo meu amor pela profissão e me incentivar a ter uma vida mais simples.

A professora Josimara Delgado, pelo apoio e elas orientações que nortearam o início desse trabalho.

A Sandra Lucia, a melhor supervisora de estágio que eu poderia ter, por me ensinar sem ao menos dizer, por me fazer amar ainda mais a profissão e por aceitar gentilmente participar da banca.

A Inajara Salles pela amizade, puxões de orelha, dedicação e por reler esse trabalho comigo diversas vezes.

As minhas amigas da vida, Karine, Jéssica, Adriana, Daniela, Bruna, Jamile, Anete, Daiane, Tatiane e Josi.

Aos meus amigos e amigas da UFBA, pelo apoio, pelos trabalhos em grupo, pelas fichas do R.U compartilhadas e pelo companheirismo ao decorrer de todos esses anos.

A todas as professoras que se dedicaram e se empenharam na construção de uma educação pública de qualidade.

A todos/as os/as participantes da pesquisa, que colaboraram com suas informações, sem as quais a realização deste trabalho teria sido impossível.

BORGES, A. O. **Envelhecimento e Participação Política**: Um Estudo Sobre Velhos Militantes. 2018. 96 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

A monografia tem por objetivo analisar a participação política na velhice. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa que conheceu algumas complexidades e vivências de idosos/as que fazem parte de sindicatos e/ou associações e que são filiados a Federação das Associações dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Bahia (FEASAPEB), bem como suas perspectivas de vida, os motivos da permanência em órgãos participativos e de que maneira a participação política têm influenciado o processo de envelhecimento destes/as. Para tanto, realizou-se a pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias para melhor compreensão da temática. Delimitou-se a entrevista com roteiro como a mais adequada para o estudo da temática, sendo realizadas quatro entrevistas, com um homem e três mulheres, norteadas por roteiro de perguntas. As entrevistas realizadas foram transcritas e analisadas considerando os objetivos delimitados para esta pesquisa. Os resultados obtidos apontam que a participação política tem sido estratégia para que os idosos/as tenham legitimidade de fala. Os espaços participativos têm contribuído para a formação da identidade pessoal e coletiva destes/as, entretanto, por meio de influências de cunho neoliberal há uma imposição do conceito de “velhice ativa e produtiva” que desconsidera fatores estruturais, subjetivos e objetivos de cada indivíduo.

Palavras-chave: Envelhecimento, Participação Política, Movimentos Sociais, Movimento dos Idosos.

BORGES, A. O. **Aging and Political Participation: A Study on Older Militants.** 2018. 96 f. Monograph (Graduation in Social Work) - Institute of Psychology, Federal University of Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

The monograph aims to analyze political participation in old age. It was a qualitative research that knew some complexities and experiences of the elderly that are part of unions and / or associations and that are affiliated to the Federation of Associations of Retirees, Pensioners and Elders of Bahia (FEASAPEB), as well as their perspectives the reasons for staying in participatory bodies and how political participation has influenced their aging process. For this purpose, the bibliographic research was carried out in primary and secondary sources for a better understanding of the theme. The interview with the script was delimited as the most suitable for the study of the phenomenon, being carried out four interviews, with one man and three women, guided by script of questions. The interviews were transcribed and analyzed considering the objectives delimited for this research. The results obtained indicate that political participation has been a strategy for the elderly to have speech legitimacy. Participatory spaces have contributed to the formation of their personal and collective identity. However, through neoliberal influences, there is an imposition of the concept of "active and productive old age" that ignores the structural, subjective and objective factors of each individual.

Keywords: Aging, Political Participation, Social Movements, Movement of the Elderly.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada;
COBAP	Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos;
CF/88	Constituição Federal de 1988;
FEASAPEB	Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado da Bahia;
IAPs	Instituto de Aposentadoria e Pensões;
MS	Movimentos Sociais;
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
NMS	Novos Movimentos Sociais;
ONU	Organização das Nações Unidas;
PNI	Política Nacional do Idoso;
PT	Partido dos Trabalhadores;
SM	Salários Mínimos;
TMR	Teoria de Mobilização de Recursos;
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais;
TPP	Teoria do Processo Político.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VELHICE NO BRASIL.....	16
3	CIDADANIA, CONTRATO SOCIAL E SOCIEDADE CIVIL: PRESSUPOSTOS PARA ENTENDER OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	27
3.1	CONTRA-HEGEMONIA E A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	34
3.2	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E FORMAS DE REPRESENTAÇÃO NA VELHICE.....	45
4	A ATUAÇÃO DE VELHOS/AS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	52
4.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	52
4.2	VELHOS/AS TRABALHADORES/AS: TRAJETÓRIAS E MOTIVAÇÕES.....	54
4.3	A INFLUÊNCIA DOS ÓRGÃOS PARTICIPATIVOS.....	58
4.3.1	PERCEPÇÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS.....	59
4.3.2	PERCEPÇÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES DE APOSENTADOS.....	61
4.3.3	A PARTICIPAÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES.....	64
4.3.4	FEASAPEB: PERCEPÇÕES PESSOAIS.....	66
4.3.5	PARTICIPAÇÃO PARA POUCOS?.....	69
4.3.6	A MULHER IDOSA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	72
4.3.7	ENVELHECER MILITANDO.....	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS.....	87
	APÊNDICE A.....	93
	APÊNDICE B.....	95

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por finalidade analisar a participação política na velhice a partir dos/as idosos/as participantes de associações e/ou sindicatos filiados/as à Federação das Associações dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado da Bahia (FEASAPEB), compreendendo suas complexidades e perspectivas.

A escolha do tema ocorre pelo interesse de histórias de vida contadas por velhos/as, em especial pelas minhas avós. Essas vivências sempre me fizeram questionar a subalternidade destinada a pessoas velhas; fazendo-me refletir sobre qual o motivo do descrédito dado a estes, já que haviam passado por praticamente todas as fases que uma pessoa precisa passar e então tinham experiências suficientes para serem referências.

Já em âmbito acadêmico pude constatar que a forte estigmatização dada a pessoas velhas ocorre principalmente pela saída deste/a do mercado de trabalho, no qual ele/a passa de provedor do Estado e do capital a dependente de políticas públicas e, se gera despesas e não riquezas torna-se um peso, que conforme a própria Constituição Federal de 1988 não é só de responsabilidade Estatal e sim da família e da sociedade (Art. 230, §1º).

Uma das minhas avós sempre fala: “agora que sou velha todo mundo quer mandar na minha vida, no que eu gasto, quer falar o que eu devo comer, onde devo ir, isso não era assim...” essa percepção de não ter mais propriedade de decisão na própria vida está atrelado ao processo ideológico amplamente perpetuado até os anos de 1990 que tem a velhice como o período da “morte social” e da prática da infantilização do/a velho/a.

Santos et. al. (2016) afirma que a prática da infantilização do/a idoso/a além de tirar sua autonomia, é uma prática desrespeitosa que tende a fragmentar os serviços prestados por meio de políticas públicas e a negligência pela falta do ouvir, ignorando suas capacidades, experiências e história.

A prática da infantilização não respeita o Estatuto do Idoso que prevê a preservação da autonomia do/a idoso/a ao relacioná-la com o direito ao respeito, que incide na inviolabilidade e na preservação da integridade física, psíquica e moral (Santos et. al., 2016).

Motta (2010) vai dizer que assim como a gestação de uma nova geração a cada nova pulsação da vida social – em verdade significa o fazer-se estrutural de uma dimensão da vida social, que é, contraditoriamente, tecida com afetividade e relações de poder. Isso porque historicamente a sociedade tem tido como base os critérios de idade e o de sexo/gênero para organização e principalmente como modo de separação daqueles que são ou não aptos para o trabalho.

A autora vai afirmar que essas formas organizativas dão partida a outras que redundaram em discriminação, marginalização ou exclusão igualmente baseadas na idade – assim como em critérios relativos ao gênero de tal forma que, na modernidade, a vida social apresenta-se impregnada de etarismo.

A perda de algumas capacidades biológicas junto às perdas sociais e materiais colocam o/a idoso/a numa situação de vulnerabilidade social, sendo a velhice uma vilã que todos enojam e tentam de todas as formas evitar. A perda do status social reveste o ser velho/a de preconceitos e estigmas que os/as coloca numa posição desigual se comparado aos demais.

Parece que depois de atingir certa idade toda uma parcela da sociedade composta por pessoas culturalmente, materialmente, economicamente e socialmente diferentes se homogeneízam transformando-se em velhos/as. A partir de então, posturas, costumes e formas de viver semelhantes são o que se espera dessas pessoas, sendo a fase da vida mais carregada de estereótipos e pressupostos.

A visão estigmatizada do/a velho e a perda de status vêm na forma reverberada em relações de poder e dominação em que o Estado, num período marcado pela ascendência neoliberal se exime de suas responsabilidades e, por conseguinte responsabiliza o/a velho/a por sua própria degradação e a família e sociedade como provedora e responsável por este.

Uma das formas encontradas pelos/as velhos e velhas trabalhadores/as diante das questões postas foi o da militância em movimentos sociais e sindicatos como estratégia e meio para ter voz e representatividade na sociedade civil. O movimento dos idosos ganha notoriedade no fim do século XX, período de grande efervescência política nacional devido ao fim da ditadura militar e a instituição da Constituição Federal de 1988.

Essas mudanças vieram de maneira abrupta e alteraram o cenário político brasileiro e a maneira como o Estado responde aos movimentos gerados a partir da sociedade civil muito por conta da CF/88 que amplia as formas de participação política e os canais criados para que as decisões governamentais tenham a representação de conselhos e de movimentos sociais.

Barros (2017) descreve a participação social como sendo um processo de construção política com toda a coletividade e que permite disputar as relações institucionais de poder sendo elemento fundamental para a consolidação de uma democracia participativa e de legitimação (ou não) de uma democracia representativa.

O cenário político é tecido por relações de poder e de interesses ambíguos o que torna a pauta popular um incômodo por parte da classe dominante e seus representantes e um desafio para os movimentos sociais, em especial ao movimento dos idosos que, mesmo com as dificuldades de mobilização e a falta de reconhecimento por parte da sociedade e dos órgãos públicos representa avanço para a democracia do nosso país.

Um dos motivos que me levaram a escolher a temática voltada à participação política dos/as idosos/as foi devido minha experiência no projeto de extensão: *Velhice e proteção social: politizando ações e debates* que faz parte do Grupo de Pesquisa Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social (Serviço Social UFBA/CNPq), coordenado pela Prof^a Dra. Josimara Delgado, que me proporcionou dentre outras coisas, uma maior aproximação com alguns/as idosos/as integrantes da Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado da Bahia (FEASAPEB).

Por conta dessa aproximação não tive dificuldades para entrar em contato com a diretoria e ser direcionada por esta aos idosos/as que fariam parte dessa pesquisa. Inicialmente tínhamos a pretensão de entrevistar duas mulheres e dois homens, acima dos 60 (Sessenta) anos e participantes da FEASAPEB, mas devido o tempo acirrado e as condições de disponibilidade dos/as idosos/as contatados/as foi possível realizar a entrevista individual semiestruturada com um homem e três mulheres.

Entrevista, tomada no sentido amplo da comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, [...] realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (MINAYO, et. al. 2012).

A entrevista semiestruturada foi escolhida devido a sua estrutura que conforme Minayo et. al. (2012) combina perguntas fechadas e abertas, em que a pessoa entrevistada tem a possibilidade de discorrer sobre o tema e as perguntas da pesquisadora e quando são feitas buscam dar mais profundidade às reflexões.

Respeitando a delimitação teórico-metodológica deste trabalho foi necessário descartar parte da entrevista de uma das mulheres devido sua idade (54 anos) não ser legalmente considerada idosa. Aproveitaremos a entrevista aplicada no que concerne às perguntas que não digam respeito a questões geracionais.

A pesquisa buscou analisar a participação política na velhice e a realidade dos/as idosos/as participantes de associações e/ou sindicatos e que são filiados a FEASAPEB, como esses órgãos participativos se estruturam, quais os motivos que os/as levaram a participar ativamente nessas instâncias na velhice, qual a importância da participação política para essas pessoas e de que forma essa participação os/as influencia no processo de envelhecimento.

Inicialmente foi realizada a pesquisa exploratória para a aproximação teórica da temática aqui abordada, seguida da busca junto à FEASAPEB de idosos/as que estariam dentro das delimitações preestabelecidas e que estariam dispostos a fornecerem a entrevista.

As entrevistas foram aplicadas entre os meses de Setembro e Outubro de 2018 e mediante autorização escrita dos/as entrevistados/as e foram gravadas visando obter o registro fidedigno de cada depoimento para assim, discutir com mais propriedade os temas que pretendo abordar nesse trabalho (Minayo et. al., 2012).

Após a realização das entrevistas ocorreram as respectivas transcrições das gravações, realizando em seguida a análise do conteúdo. A transcrição foi executada pela mesma pesquisadora que realizou as entrevistas e as

gravações, sendo essa etapa útil, pois conforme Richardson (2012) permite estudar cada entrevista e fazer uma análise preliminar dos resultados alcançados.

A análise dos dados foi feita baseada nos objetivos propostos para a pesquisa, verificando o conteúdo obtido com as referências teóricas acerca do idoso na contemporaneidade, novos movimentos sociais e participação política, considerando os procedimentos metodológicos apontados por Minayo et. al. (2012) sendo estes: categorização, inferência, descrição e interpretação.

Para a preservação do sigilo previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE¹, assinado pelos/as entrevistados/as e pela entrevistadora os nomes destes serão substituídos por nomes fictícios como também os órgãos que estes pertencem. Essa decisão foi tomada, pois, como na FEASAPEB a maior parte dos/as participantes ativos pertencem à diretoria das associações e/ou sindicatos filiados, divulgar o nome do órgão que este/a idoso/a pertence comprometeria o sigilo proposto primordialmente.

O trabalho foi organizado em três partes. No primeiro momento realizamos análise acerca da história da velhice, de que forma ela era vista e vivenciada e como essa realidade foi se modificando com o fortalecimento das manifestações populares que marcaram o fim do período ditatorial e contribuíram com a ampliação de políticas públicas, em especial a promulgação da CF/88. Este capítulo relata ainda sobre a implementação do ideário neoliberalista que promove uma visão de “velhice produtiva” e de maneira esses incentivos rebateram no processo de envelhecimento da sociedade. Para fomentar a discussão utilizamos como principais autores/as: Azevedo (2011); Debert (1994, 1999, 2004 e 2012); Fonte (2002); Motta (1999 e 2010); Rozendo (2010) e outros.

O segundo momento trata sobre a análise teórica dos movimentos populares. Foram abordados os conceitos de cidadania, contrato social, sociedade civil e a teoria dos movimentos sociais com as características de suas estruturas iniciais e delimitando o caminho percorrido com a contemporaneidade. Esta discussão será baseada nos estudo de Marshall

¹ Ver Apêndice 2.

(1968); Kymlicka e Norman (1997); Azevedo (2010); Martins (1979); Goettert (2014); Antunes (1985); Alonso (2009), etc.

O terceiro momento retornará a metodologia, já destacada, além de apresentar as análises dos depoimentos coletados em entrevistas sobre a velhice na perspectiva da participação política e suas complexidades com vistas aos objetivos específicos deste trabalho.

Desta forma, o trabalho considerou a velhice na contemporaneidade marcada pela imposição de novos estigmas que redesenham barreiras etárias de responsabilização de indivíduos aos moldes neoliberais. Considerando a participação política como estratégia de negar papéis socialmente delimitados sendo esses espaços de participação potencializadores da autonomia e legitimação da fala.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VELHICE NO BRASIL

A partir do final do século XX, a velhice ganhou notoriedade dada às mudanças de concepções e papéis sociais relacionados à mesma. Até meados dos anos 1990 a imagem da pessoa velha estava fortemente associada à dependência, ao desnecessário, à inutilidade, às doenças etc. em suma, a fase mais degradante da vida. “A velhice surge aos olhos da sociedade como uma espécie de segredo vergonhoso do qual é indecente falar” (Beauvoir, 1970, p.6).

O status é uma das principais coisas que se perde quando se envelhece, o indivíduo “dono de si” e “capaz” é substituído quando a velhice chega pelo estigma que lhe tira as opiniões, relações, sexualidade e sentimentos que não são mais apropriados para pessoas de maior idade. Para Andrade (2011), o estigma não atribui valor algum, mas impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada.

Há, [...] uma perda da identidade como imagem deteriorada e um controle sobre informações que dizem respeito apenas ao próprio estigmatizado e seus familiares como forma de manipulação (ANDRADE, 2011, p.86).

Com a perda do status, o/a velho/a ganha um novo papel social, que lhe exige uma postura serena e longe de paixões, e sentimentos considerados próprios da juventude. O amor e o ciúme, neles, parecem ridículos ou odiosos, a sexualidade é repugnante e a violência derrisória. O idoso vê-se obrigado a dar exemplo de todas as virtudes, e acima de tudo, deles se exige serenidade, afirma-se que a possuem e isto autoriza um desinteresse pelo seu infortúnio. A imagem sublimada que de si mesmos lhes é proposta, apresenta-os como sábios aureolados de cabelos brancos, dotados de rica experiência, veneráveis, pairando muito acima da condição humana (Beauvoir, 1970).

Essa ideia de inutilidade está fortemente conectada ao período de dependência de pessoas que não eram mais úteis para o mercado de trabalho, e por falta de políticas públicas para essa parcela da população, ficava a cargo da família e/ou amigos a responsabilidade de mantê-los financeiramente e

posteriormente ser também o suporte diante das fragilidades biológicas. Principalmente para famílias pobres, essa responsabilidade era onerosa, tornando necessário, muitas vezes, apelar para instituições filantrópicas como única alternativa. Estes idosos/as eram então levados para “asilos” normalmente com pouca estrutura e mau funcionamento.

Olhar para as representações sobre a velhice no Brasil da década de 90 é atestar a presença dos dramas que se expressam sobretudo nas imagens de idosos abandonados nos asilos ou em filas monumentais à espera do dinheiro minguado da aposentadoria (DEBERT, 1999, p.71).

Esse cenário começa a mudar com o fim do período ditatorial, momento marcado pela pressão da população e pela força dos movimentos sociais a favor da democracia (Azevedo, 2010). Sem dúvida, o marco principal desse movimento foi à construção e consolidação da Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã, na qual figurava as reivindicações da sociedade civil, que reivindicavam por direitos sociais e consagrou o princípio da participação da mesma nas decisões políticas (Dagnino, 2004).

Nela, a saúde é um direito de todos/as e dever do Estado, a assistência social, será prestada a quem dela necessitar e a previdência social, que antes era exclusiva para trabalhadores formais, agora é ampliada para pessoas de baixa renda e aqueles/as que se dedicam, exclusivamente, a trabalhos domésticos. Formando assim, o tripé da seguridade social brasileira (BRASIL, 1988, Art. 201, §12).

Destaca-se aqui o Artigo 203 inciso V da CF/88, que garante um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. Isto representou um importante avanço ao beneficiar populações antes invisibilizadas, no que se concerne aos direitos sociais, como, por exemplo, os/as trabalhadores/as informais e rurais. A Lei N. 8.742 de 1993, art.20, consagrou este direito como BPC (Benefício de prestação continuada).

No que tange ao idoso/a, a CF/88, o insere num espaço bem “espremido”, no final do capítulo VII, que engloba a família, crianças, adolescentes e finalmente o idoso. O artigo 230 coloca a família e a sociedade

como principais responsáveis pela pessoa idosa, o que nos mostra que mesmo com avanços, podemos identificar em fatos como esse, a omissão por parte do Estado mínimo².

O movimento dos idosos emerge dentro do contexto dos denominados Novos movimentos sociais, que tem seu início na década de 1970, e se diferenciam dos antigos movimentos por causa da mudança nas temáticas das pautas reivindicadas. Nesse momento, a principal agenda dos/as idosos/as era a luta a favor da previdência social e por melhores condições de vida, uma vez que, mesmo com a participação no movimento coletivo para a construção da CF/88, os anseios dessa população não foram contemplados de forma satisfatória conforme fora supracitado.

A primeira vez que o movimento dos/as idosos ganha notoriedade a nível nacional, foi no movimento denominado 147%, desencadeado entre 1991 e 1992, qual tinha como protagonistas os/as próprios idosos/as. A mobilização era contra o projeto de reforma da Previdência Social, que estipulava reajustes menores das aposentadorias e pensões em relação ao salário mínimo. Neste evento, ocorreram mobilizações e numerosas passeatas de idosos em todo o Brasil, tendo a capital paulista como ponto de referência e convergência (Rozendo, 2010).

Em 1994, nasce a Política Nacional do Idoso, no formato da lei de n. 8.842/94. Esta, tem como objetivo o asseguramento dos direitos sociais do/a idoso/a, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Um fato importante, é que no artigo 2º da PNI, no qual se estipula a idade mínima de 60 (Sessenta) anos de idade para ser participante dos efeitos da referida lei. Diante disso, para os efeitos legais, desde então a idade de transição para a velhice no senso comum é a preestabelecida.

A idade, como modo de periodizar a vida, não é o único meio, muito menos a forma universal de “cronologizar” a vida humana. Debert (2012), afirma que as idades cronológicas, baseadas num sistema de datação, estão ausentes da maioria das sociedades não ocidentais, e constituem-se como um mecanismo básico de atribuição de status (maioridade penal), de definição de

² Mínimo para o social e máximo para o capital (NETTO, 2012).

papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho) e de formulação de demandas sociais (direito à aposentadoria).

Bourdieu (1983, Apud Debert, 1994), no texto “A “juventude” é apenas uma palavra”, afirma que a manipulação das categorias de idade envolve uma verdadeira luta política, na qual está em jogo a redefinição dos poderes ligados a grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo da vida. Por isso, o autor destaca que, ao tratar das divisões por idade, é um reflexo profissional do sociólogo lembrar que elas são uma criação arbitrária.

Um exemplo é a França medieval, onde as crianças não eram separadas do mundo adulto, pelo contrário, a partir do momento em que sua capacidade física permitisse, mesmo que em idade relativamente prematura, as crianças participavam integralmente do mundo do trabalho e da vida social adulta. A noção de infância se desenvolveu lentamente ao longo dos séculos e só gradualmente a criança passou a ser tratada de forma específica (Debert, 1994).

O estágio de maturidade e a ordem de nascimento nada têm a ver com a geração. Entre os Tallensi (povo do norte de Gana), por exemplo, um filho pode ser mais velho do que seu pai classificatório (Debert, 2012).

Definir o envelhecimento da sociedade por parâmetros únicos e sem considerar outros fatores é inviável. Até a concepção de velhice por parte da sociedade é divergente. Muitos se enquadram a partir de critérios de idade, outros por valores morais e culturais, outros por sua vez consideraram seu lugar social, dentre outras variadas concepções a respeito (ANDRADE, 2011, p.87).

George Duby (1973, Apud Debert, 1994), demonstra que a França do século XII, na sociedade aristocrática, uma nova etapa na vida foi designada como juventude – período que compreendia a saída da infância e antecedia o casamento. A criação dessa etapa correspondeu a uma estratégia das famílias para conservar poder e patrimônio. Ser jovem não era, portanto, uma questão de idade biológica, posto que indivíduos com idades cronológicas muito variadas permaneciam nessa fase, ser jovem era ser uma espécie de cavaleiro errante e aventureiro à espera do momento em que se poderia casar e substituir os pais na gestão do patrimônio familiar.

No período colonial, a expectativa de vida era bem menor do que a contemporânea, que é em média 75,8 anos (IBGE, 2016). No estudo feito por Nogueira (2011), no século XIX, a expectativa de vida de um brasileiro não escravo era de 27 (Vinte e Sete) anos, já para escravos, a expectativa era em torno de 19 (Dezenove) anos de idade. Isso nos mostra que, uma pessoa de 25 anos no período supracitado provavelmente não era considerada “jovem”.

Uma das formas de classificação alternativa é a classificação por geração, citado por Motta (2010) como sendo o sentido mais plenamente sociológico, ou macrosociológico e designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal.

Nesse sentido, observa-se que a delimitação, determinada pela PNI, da idade de 60 (Sessenta) anos de idade como método de classificação para a participação da supracitada lei exclui um considerável contingente de pessoas, que permanecem numa situação de vulnerabilidade social. Permanecem, porque nunca saíram. A CF/88, bem como a PNI são implementadas no momento marcado pela ascendência do neoliberalismo no Brasil, que traz consigo o conservadorismo com novas roupagens ou neoconservadorismo³.

Em 1989, apenas um ano após a promulgação da Constituição Cidadã brasileira, ocorre na capital dos Estados Unidos, o encontro que origina o, então chamado, consenso de Washington, qual objetivava a expansão do neoliberalismo, já em curso nos EUA e Europa, nos países de desenvolvimento tardio, sobretudo a América Latina sendo em seguida aderida no Brasil durante o governo Collor.

Dagnino (2004) chama esse processo de confluência perversa, entre esses dois projetos. A perversidade estaria no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. A autora afirma ainda que o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens

³ Ver Barroco (2011).

experiências da participação social no cenário político, acentuada pela nebulosidade que cerca as diferentes intenções que orientam a participação.

Um dos mecanismos utilizados para implantação do neoconservadorismo foi justamente à formulação de leis que deram abertura ao capital privado, que ganhara considerável notoriedade a partir dos anos 1980. A abertura para iniciativas privadas juntamente com a ascendência do terceiro setor, criam as circunstâncias propícias para uma nova forma de responsabilização do indivíduo.

Dagnino (2004) descreve a ascendência da noção de cidadania juntamente com a de solidariedade e participação, e como, com a ajuda da mídia e dos meios de comunicação e com a composição de conselhos de comunidade solidária, marginalizou a noção de cidadania e a limitou a questões ligadas a filantropia. O que contribuiu com a implementação do terceiro setor e em consequente as redefinições neoliberais.

Nessa mesma lógica a sociedade civil se torna sinônimo de Terceiro Setor, e passa a absorver cada vez mais as questões sociais. Intercala-se e contrapõe ao Primeiro Setor, o Estado ineficiente e burocrático, figurado como “público” e ao Segundo Setor, o mercado que representa o “privado” orientado para o lucro, ao passo que o Terceiro Setor representa o “privado” sem fins lucrativos. É o espaço das associações comunitárias, dos movimentos sociais, das ONGs, entidades beneficentes, igrejas, associações profissionais, fundações, etc (AZEVEDO, 2010, p.70).

Participação e cidadania agora está interligada a ideia de solidariedade, comunidade “ativa” e participante (Dagnino, 2004), no qual todos se unem para pintar um muro, retirar os lixos, reformar os centros comunitários, ajudar a alimentar as “crianças de rua”, retirar garrafas plásticas do mar; há um slogan bem conhecido que diz: todos pela educação, que incentivam os pais a doarem donativos e materiais para as escolas, etc.

Esse deslocamento da noção de representatividade não é obviamente inocente nem em suas intenções nem em suas conseqüências políticas. Seu exemplo mais extremo é a composição do Conselho da Comunidade Solidária, criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso e centro das políticas sociais durante seu mandato, no qual a representação da sociedade civil se dava através de convites a indivíduos com alta “visibilidade” na sociedade, artistas de televisão, pessoas que

escrevem com freqüência na mídia impressa, etc (DAGNINO, 2004, p.151).

Diante das complexas mudanças sociais, o final dos anos 1990 traz outras possibilidades de compreender e viver a velhice. Além dos fatores citados, o prolongamento da expectativa de vida se torna um problema para o Estado neoliberal. Conforme a Secretária de Direitos Humanos (2012), nos últimos anos houve um crescimento significativo do número de idosos na população mundial, a população acima dos 65 anos avançou de 5,9% em 2000 para 7,4% em 2010; no ano de 2012, 810 milhões de pessoas tinham 60 anos ou mais, constituindo 11,5% da população global, e estima-se que em 2050 sejam 2 bilhões de idosos ou 22% da população global.

O aumento da perspectiva de vida é acompanhado, segundo Lacman, Sznelwar e Jardim (2006), pela permanência dos trabalhadores por mais tempo no mercado do trabalho, induzida primordialmente pelo aumento da idade mínima para aposentadoria, bem como pela permanência ou retorno a atividade remunerada objetivando um complemento para a renda.

Tradicionalmente, o modo de produção é pensado para um trabalhador imutável ao longo do tempo, que possua ao mesmo tempo experiência e capacidade para aprender rapidamente as novas regras da produção e que não envelheça e não perca a capacidade para o trabalho (LACMAN, SZNELWAR E JARDIM, 2006. p.130).

Como nossa sociedade tem por base a compra e venda da força de trabalho, o envelhecimento do trabalhador se tornou um grande problema a ser enfrentado. A partir do final do século passado, vem criando-se meios para lidar com esse fator inadiável e irremediável do ser humano, visto em sua forma biológica. Teixeira (2009) afirma que o envelhecimento não se constitui como um problema social pelas restrições físicas, fisiológicas ou biológicas do organismo, e sim pelo crescimento demográfico da população idosa e pela restrição de papéis sociais, familiares e trabalhistas.

Fonte (2002) cita o documento produzido pela OIT – Organização Internacional do Trabalho (2002), que reconhece o rápido crescimento da população acima de 60 anos identificando a pobreza e a exclusão como obstáculos primordiais para aceder a uma velhice digna. No mesmo ano a ONU

(Organização das Nações Unidas) promove o plano de ação internacional, que prevê a permanência dos idosos na vida econômica, política e social, inclusive, mediante trabalho remunerado ou voluntário, tal como a criação de estratégias que permitam o mesmo a isto. Em outras palavras, essas diretrizes internacionais ditam uma velhice produtiva, sem considerar os fatores biológicos, econômicos e sociais de cada sociedade. Argumento esse que muito utilizam para justificar a inviabilidade da previdência social.

É interessante pontuar que essa visão contemporânea de velhice vai substituindo aos poucos a noção que se tinha do idoso como dependente, inútil e desnecessário. Este fato ocorre, dentre outros motivos, pela renda deste ter se tornado primordial para o sustento econômico do seu núcleo familiar. O/a idoso/a, sobretudo os de baixa renda, têm continuado a trabalhar mesmo aposentados, como forma de obter o complemento de sua renda, e também porque, segundo Cockell (2014), o vínculo com o trabalho confere aos aposentados/as um sentimento de utilidade e inserção social, justificando a permanência no mercado de trabalho.

A aposentadoria atrelada a mais uma forma de subsistência financeira faz com que o/a idoso/a frequentemente seja aquele/a que provê o sustento da família, que cuida ou cria os netos, que abriga a família inteira, tornando-se muitas vezes central no núcleo familiar. Características como essas delimitam novos papéis sociais vinculados à velhice.

Envelhecer, para o trabalhador, na ordem e no tempo do capital, é ter seu tempo de vida subordinado ao tempo de trabalho, mesmo depois de aposentado; para os trabalhadores velhos de baixa renda, no capitalismo periférico brasileiro, é ter seu tempo livre submetido às exigências de reprodução social do capital e de controle social que se estende ao envelhecimento, submetendo o idoso ao planejamento externo de comportamentos, atitudes, sentimentos, consciência e mecanismos organizativos (TEIXEIRA, 2009. p.68).

Segundo Machado (2007), a questão do envelhecimento está atrelada uma série de fatores, como a precarização, as negligências, os fatores biológicos e tantos outros que juntos formam um arcabouço da realidade vivenciada por cada idoso/a. Trata-se de um fenômeno complexo, que provoca alterações físicas, emocionais sociais e culturais na vida das pessoas, por isso

não comporta generalizações. Não se pode falar de uma velhice, mas de processos diferenciados de envelhecimento.

A velhice é vivenciada de formas diferentes por cada pessoa. Segundo Fonte (2002), a estrutura social de cada sociedade condiciona os processos individuais do envelhecimento, mas considerando o fator biológico, esse é um dos períodos onde normalmente mais se necessita que os direitos sociais sejam cumpridos.

A ideia de “velhice produtiva” ditada internacionalmente é comprada pelo mercado que contribui para a ascensão dessa nova forma societária e delimita a tendência do fenômeno que promove o “elixir da juventude” (Debert, 1999). Juventude, esta, que não está mais condicionada a uma fase específica da vida, mas se tornou produto, que pode ser adquirido. Essa tendência traz o indivíduo como responsável por manter essa juventude, mantendo-se ativo e produtivo enquanto “fôlego tiver”, negligenciando o fator subjetivo e biológico de cada pessoa e não oferecendo subsídios que torne a proposta de “vida saudável” praticável para todas as classes sociais.

Sendo assim, dentro dessa perspectiva, surgem, cada vez mais, fatores para responsabilizar e culpabilizar o indivíduo, tornando o Estado cada vez mais ausente, o que inclusive como já dito é uma característica do neoliberalismo, presente na contemporaneidade, e estratégia para justificar a privatização, devido o sucateamento de políticas públicas.

Programas de TV, colunas em blog, páginas na internet, etc. mostram-se num contexto de propagação, de um conjunto de discursos que se empenham em desestabilizar expectativas e imagens tradicionalmente associadas ao avanço da idade, enfatizando que esta não é um marcador pertinente de comportamentos e estilos de vida e divulgando uma série de receitas como técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, ginásticas, medicamentos, bailes, e outras formas de lazer que procuram mostrar como os que não se sentem velhos devem se comportar, apesar da idade (Debert, 1999).

Esse processo de mudança de papéis sociais conferidos ao velho/a, promovendo maior participação social e permanência no trabalho, é marcado pelo que Debert (1999) chama de descronologização do curso da vida. A padronização do curso da vida pode ser pensada como resposta às mudanças

no mercado de trabalho, denominada anteriormente como cronologização do curso da vida. Inversamente, ênfase pode ser dada ao Estado moderno que – na transformação de questões que diziam respeito à esfera privada e familiar em problemas de ordem pública – seria, por excelência, a instituição orientadora do curso da vida, regulamentando todas as suas etapas, desde o momento do nascimento até a morte, passando pelo sistema complexo de fases de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria.

É, entretanto, para o processo de descronologização que se voltam às pesquisas interessadas na identificação das rupturas com a modernidade que caracterizam a experiência contemporânea. Trata-se de perguntar se a ideia de papéis sequenciados, extremamente divididos por idades, captaria a realidade social da sociedade contemporânea, com suas novas estruturas produtivas, tecnológicas e sociais (Debert, 1999).

A juventude, período anteriormente marcado por uma idade cronológica, agora se transforma num estilo de vida e a velhice transforma-se em responsabilidade pessoal, ser velho, na contemporaneidade, está mais atrelado à forma considerada ultrapassada de se portar e viver do que a idade propriamente dita. Perguntar a idade é considerado inapropriado porque o que vale é quão novo aparenta-se, independente da idade. Esta ideia é reafirmada e legitimada pelo mercado que promove o consumo desenfreado de bens e produtos que reafirmam o que é chamado de “estilo jovem de ser”.

Todo esse processo de responsabilização e novos padrões estigmatizantes, criam também novas formas de exclusão, intolerância e desigualdades sociais. Sorrateiramente, os direitos vão sendo substituídos por iniciativas privadas e os órgãos públicos passam por um processo de corte de verbas e consequente sucateamento, tornando o público “inviável”, “não correspondente” e “insustentável”.

O pensamento, aqui, não pretende ser fatalista e desalentador a respeito das perspectivas dos idosos na sociedade brasileira ou mesmo sobre a CF/88, a PNI e posteriormente o Estatuto do Idoso. Estes foram avanços gigantescos em relação à participação política, ao acesso às políticas públicas constituindo-se um novo momento marcado pelos espaços participativos que compõe nossa sociedade democrática.

A participação popular tem sido no Brasil uma das formas pelas quais grupos da sociedade civil explicitam ao Estado e a vários setores sociais suas necessidades e reivindicações, tornando claro o seu desejo de interferir nas políticas, manifestando ao poder público, aos órgãos e instituições sociais suas necessidades e propostas (MACHADO, 2007, p.223).

Para que possamos compreender melhor o tema é necessário o aprofundamento em questões que aparentemente são básicas, mas que sua má interpretação ocasiona em uma apreensão errônea e/ou ambígua sobre as bases do trabalho aqui proposto. Diante disso, a seguir nos dedicaremos a aprofundar as principais teorias e momentos históricos sobre a cidadania, contrato social, sociedade civil e a teoria dos movimentos sociais.

3 CIDADANIA, CONTRATO SOCIAL E SOCIEDADE CIVIL: PRESSUPOSTOS PARA ENTENDER OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O conceito de cidadania é amplamente debatido, um dos trabalhos de maior importância sobre essa temática é o de Marshall (1968), que descreve os limites da cidadania num contexto de pós-guerra⁴, momento em que a sociedade exigia algum tipo de recompensa, pelos serviços prestados ao país e também pelo estado de extrema pobreza que muitas nações enfrentavam devido à guerra. Assim, fazia-se necessário uma posição por parte do Estado quanto às necessidades sociais, diante disso, diversas ações são desprendidas por parte do Estado, configurando no chamado Estado de Bem Estar Social, que operava numa perspectiva liberal democrática.

Para Marshall (1968), a cidadania perpassa por três elementos, sendo eles o elemento civil, político e social. Em resumo, o elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual, como liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, direito à propriedade e de concluir contratos válidos, direito a justiça, etc. O elemento político refere-se ao direito de participar no exercício de poder político e o elemento social refere-se a tudo que vai desde o direito ao bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo na herança social e levar a vida de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Para Marshall (1968), a prática da cidadania não finda as desigualdades sociais da sociedade capitalista, pelo contrário, ela faz-se necessária para a manutenção destas. Os direitos civis tornaram-se indispensáveis para uma economia baseada no mercado competitivo. Isso porque davam a cada homem pertencente a uma determinada nação o poder de participar como uma unidade independente, o que tornava possível a negação de proteção social com a alegação de que tais indivíduos estariam capacitados para proteger a si mesmos.

Segundo Kymlicka e Norman (1997), a opinião de Marshall é que a cidadania consiste essencialmente em assegurar que cada qual seja tratado como membro pleno de uma sociedade de iguais. A maneira de assegurar

⁴ O ano da publicação de seu trabalho: Cidadania, Classe Social e Hegemonia foi em 1950, período em que o fim da 2ª guerra mundial ainda era recente.

esse tipo de associação consiste em conceder aos indivíduos um número crescente de direitos de cidadania, sendo que, para sua plena expressão era necessário um Estado de bem estar liberal-democrático.

Entretanto, diante do fim do Estado de Bem Estar, o advento do multiculturalismo Europeu, o fracasso de algumas políticas que exigiam a participação cidadã e com a necessidade de um posicionamento do Estado referente aos grupos excluídos e/ou que ocupam posições estruturais de desvantagem como mulheres, negros/as, indígenas, etc. dentre outras questões⁵, uma nova concepção de cidadania que abrangesse mais amplamente as complexidades da vida em uma determinada sociedade se fizeram necessárias.

Para Kymlicka e Norman (1997), muitos liberais clássicos acreditavam que a cidadania poderia ser assegurada com freios e contrapesos, direitos e responsabilidades. Todavia, essa afirmação dá margem para uma série de questões: Se a proposta liberal-democrática de cidadania prevê direitos e responsabilidades, que procedimentos institucionais serão usados para fiscalização? Como essas responsabilidades serão exigidas para a sociedade considerando as questões estruturais e específicas de cada grupo social? As responsabilidades podem se tornar mecanismo para a negação de direitos?

A proposta liberal-democrática apresenta uma profunda contradição: por um lado, abre um espaço para a cidadania participativa, por outro, cria-se mecanismos de culpabilização/responsabilização dos sujeitos, desconsiderando questões estruturais e históricas, sendo estratégias usadas frequentemente para justificar privatizações e a escassez de recursos destinados às políticas públicas. Os autores refletem, ainda, sobre as possíveis consequências considerando as responsabilidades pessoais e controle estatal:

Consideremos las múltiples maneras como las políticas públicas dependen de decisiones responsables a nivel de los estilos de vida personales: el Estado será incapaz de proveer cuidados sanitarios adecuados si los ciudadanos no actúan responsablemente hacia su propia salud (siguiendo una dieta balanceada, haciendo ejercicio y controlando el consumo de alcohol y tabaco); el Estado puede tornarse incapaz de satisfacer las necesidades de los niños, los ancianos y los discapacitados si los ciudadanos no aceptan su cuota de

⁵ Ver Kymlicka e Norman (1997).

responsabilidad en cuanto a la atención de sus propios parientes; el Estado no podrá proteger el medio ambiente si los ciudadanos no aceptan reducir el consumo o practicar el reciclaje en sus propios hogares; la capacidad del gobierno para regular la economía puede debilitarse si los ciudadanos se endeudan demasiado o exigen aumentos salariales excesivos; los intentos de crear una sociedad más justa van a sufrir serios tropiezos si los ciudadanos exhiben una intolerancia crónica hacia la diferencia [...] (KYMILICKA E NORMAN, 1997, p.6).

Para Kymlicka e Norman (1997), é necessário que haja uma compreensão mais prática e completa de cidadania, entendendo que, a mesma não pode ser obtida através da coerção. A cidadania como forma de responsabilização dos indivíduos pode gerar o efeito da marginalização de determinados grupos promovendo assim o aprofundamento das desigualdades sociais.

O trabalho de Tavolaro (2008) traz críticas relevantes à obra de Marshall (1968). Dentre elas, destaca-se que ao focar o nível nacional, o esquema proposto por Marshall (1968) revela-se insensível às peculiaridades de conflitos regionais e locais, negligencia as assimetrias de gênero e silencia os conflitos étnico-raciais tomando como base de análise “cidadãos brancos”, além de uma suposta simplicidade com que os conflitos de classe são tratados no ensaio.

A cidadania é um elemento que proporciona identidade e pertencimento a uma comunidade política, trata-se de uma relação social fechada⁶ que determina limites e fronteiras. Do ponto de vista internacional, é um dispositivo organizador que aloca populações humanas a Estados soberanos e que requer um conjunto de interações entre indivíduo e Estado, que marcam suas percepções de legalidade, pertencimento, identidade etc.

Para Tavolaro (2008), uma vez institucionalizados e consolidados na ordem social, os diferentes componentes da cidadania moderna são passíveis de oferecer uma espécie de grade conceitual, mediante a qual são estabelecidos os termos básicos de afiliação social e política, uma definição dos sujeitos e objetos de direitos e uma descrição dos tipos de práticas e usos de recursos políticos entendidos e aceitos como legítimos no curso das disputas por poder político e social.

⁶ Isto porque existem membros e não membros, ver Tavolaro (2008); Kymlicka e Norman (1997).

Para Kymlicka e Norman (1997), a cidadania não é simplesmente um status legal definido por um conjunto de direitos e responsabilidades como afirma Marshall (1968). É, também, uma identidade, a expressão de pertencimento a uma comunidade política. Marshall (1968) concebeu a cidadania como uma identidade compartilhada que integraria os grupos que foram excluídos da sociedade britânica e forneceriam uma fonte de unidade nacional. Sua preocupação central era a integração da classe trabalhadora, que devido à falta de educação e recursos, foram excluídos pela economia daquela "cultura compartilhada", que deveria ter sido "um ativo e uma herança comum"(KYMLICKA E NORMAN, 1997).

Os autores concordam que a genuína igualdade requer afirmação ao invés de ignorância das diferenças entre os variados grupos. Citando Young (1989, apud Kymlicka e Norman, 1997) os autores ratificam sua afirmação, pois, os grupos socialmente excluídos estão em desvantagem frente ao processo político. Uma das soluções seria a promoção, mesmo que parcialmente, de meios institucionais para o reconhecimento explícito e representação de grupos oprimidos, por meio de investimentos, incluindo fundos públicos para a defesa desses grupos, representação garantida nas instituições políticas etc. Os grupos socialmente excluídos têm necessidades particulares que só podem alcançados através de políticas diferenciadas.

Os conceitos de cidadania e a discussão baseada nessa temática que abrange diversos períodos históricos não cabem neste trabalho, contudo, é salutar entendermos os principais pontos de vista sobre o assunto para que possamos ter uma visão ampliada sobre o mesmo, visto que normalmente é pressuposto para elaboração de políticas públicas, justificativa para a participação política enquanto sujeito de direitos e também para entendermos o conceito de hegemonia e como este se conecta a noção de cidadania e participação social, tema que será trabalhado mais a frente.

Como supracitado, os posicionamentos de Marshall (1968) foram contestados posteriormente, mas isso não desqualifica o todo de sua obra. Porque, partindo do pensamento do autor, cidadania carrega a noção de pertencimento e torna o indivíduo participante de direitos e deveres que aquele Estado determina. O indivíduo participante do Estado faz parte de um contrato

social que lhe proporciona singularidades se comparado aos não integrantes deste.

Hobbes (1983), em seu clássico *Leviatã*, é o pioneiro em teorizar essa relação Estado versus sociedade. Segundo o autor é necessário que haja um poder considerável para garantir a segurança do indivíduo. O Estado precisa existir para impor o temor, pois sem ele não há garantias que pessoas vivam em harmonia conjuntamente, o Estado é a preocupação com sua própria conservação, pois os indivíduos por si só não tem "virtudes" suficientes que os mantenham fiéis às leis naturais, tais como, a justiça, equidade e a piedade.

Para Martins (1979), o Estado surge como uma relação de domínio de homens sobre homens, utilizando a coerção física, baseada na crença da validade de um estatuto legal, que atribui a esse poder dominador, determinados direitos e deveres, fundados em regras racionalmente criadas e que são considerados como legítimos pelos dominados.

Para Hobbes (1983), o único caminho para instituir o poder comum é conferir poder a uma pessoa ou assembleia que representem os demais e governem para garantir segurança suficiente e representatividade da maioria, "de modo que seria como se cada homem dissesse ao outro: desisto do direito de governar a mim mesmo e cedo-o a este homem, ou a esta assembleia de homens, dando-lhe autoridade para isso" (HOBBS, 1983, p.126).

A existência do contrato social entre o Estado e os sujeitos pertencentes a este os torna cidadãos de direitos e deveres desenvolvidos pelo mesmo. Na CF/88 no capítulo I, título II, Art 5º, podemos ver um exemplo disso, nela esta as garantias para o qual a referida lei se destina, sendo esses brasileiros/as e/ou estrangeiros/as residentes no país. Observamos então que a lei se aplica a um determinado grupo de pessoas, e não a todos/as.

Para Azevedo (2010), o contrato social é

a expressão de uma tensão dialética entre regulação social e emancipação social que se reproduz pela polarização constante entre vontade individual e vontade geral, entre interesse particular e o bem comum. O que se designou por sociedade civil configura o campo no qual se desenrola, de forma pacífica e democrática, essa polarização sob a garantia do Estado nacional, do direito e da educação cívica (AZEVEDO, 2010, p. 62).

O contrato social pressupõe critérios que definem o que deve ser incluído e também o que deve ser excluído. Nesse sentido, o processo contratual constitui-se em um campo de lutas relacionado a esses critérios de inclusão e exclusão, cujos termos vão se refazendo de acordo com a correlação de forças dos que participam dessa contenda (Azevedo, 2010).

Todas as leis e direitos são destinados a um grupo de pessoas e a elaboração e implementação destas sujeitam-se ao tipo de governo adotado pelo Estado e o modo como mesmo se relaciona com a sociedade civil. Marx determina a ordem política, como sendo o Estado o reflexo das definições de uma sociedade de classes:

(...) a sociedade civil em Marx é o lugar marcado pelas relações econômicas que antecede, subordina e em “última instância” determina a ordem política – o Estado. Nesta concepção, o Estado moderno aparece como o reflexo das definições de uma sociedade de classes, na qual seu sujeito histórico, a burguesia, se libertou dos vínculos do Estado absolutista. (...) Portanto, a constituição de uma esfera privada da produção, separada, tanto do campo afetivo da família quanto do domínio público formal do Estado político, é condição prévia para o surgimento da sociedade civil (AZEVEDO, 2010, p.63).

A Sociedade civil para Azevedo (2010) constitui-se como um campo heterogêneo, extremamente complexo, contraditório e permeado por ambivalências e conflitos de todos os tipos, longe de constituir-se em um espaço cuja regra seja o convívio em plena harmonia. A mesma é constituída por uma pluralidade de atores sociais com interesses, opiniões, agendas, práticas e projetos políticos diferentes e até mesmo antagônicos. Movem-se por diversos espaços públicos, respondendo a distintos contextos históricos e políticos dos quais se originaram em cada nação. Esses atores apresentam, inclusive, formas próprias e diversificadas de articulação com os sistemas político e econômico e de relação com o Estado.

Considerando que a sociedade em que vivemos tem como base estrutural o sistema capitalista, que permeia os campos político, econômico, social e cultural intermediando as formas de governos e relações sociais, não podemos desconsiderar que todos os fatores que interpõem-se as relações acima passam por questões hegemônicas.

A concepção de hegemonia aqui adotada é a de Gramsci, pois seu estudo sobre a hegemonia cultural transcorre sobre os impactos de uma dominação ideológica de uma classe sobre a outra, para ele nem sempre o domínio de uma classe sobre as demais acontece sob o viés da força bruta, salvo em regimes ditatoriais e/ou totalitários. O que o autor vai chamar de Estado ampliado, não se refere simplesmente a um instrumento de força a serviço da classe dominante, mais uma força revestida de consenso, isto é, coerção revestida de hegemonia.

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, apud AZEVEDO, 2010 p. 64).

A comunicação social tem uma posição de destaque na teoria Gramsciana, pois os meios de comunicação seriam parte fundamental dos processos de construção de significados culturais e informacionais da população. Quando as mídias dão visibilidade a certas ideias e acontecimentos, estariam trabalhando a favor do processo de sustentação e amplificação da ideologia dominante.

A sociedade civil em Gramsci, na qual se estabelecem as relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, engloba organismos sociais relativamente autônomos em relação à sociedade política (Estado). Essas organizações, tais como, sistema escolar, sindicatos, igrejas, partidos políticos, organizações profissionais, meios de comunicação de massa (...) são instrumentos de elaboração e difusão das ideologias, cuja expressão política de suas relações torna-se o eixo da análise em Gramsci (AZEVEDO, 2010, p. 65).

Apesar das estruturas de dominação coercitivas e ideológicas, que tendem a alienar os sujeitos submetendo-os a limites pré-concebidos e manipulados, formas de contra-hegemonia são caminhos de resistência para a construção de uma nova hegemonia. Sua construção “torna-se estratégia

central da transformação social, em cujo processo a reforma moral e intelectual tem fundamental relevância” (AZEVEDO, 2010, p.66).

3.1 CONTRA-HEGEMONIA E A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Em toda a história da humanidade, mesmo antes da instituição dos Estados/Nação, desde que há uma relação, na qual existe o papel do subordinador e do subordinado, registram-se formas de demonstrar descontentamento mediante a insatisfação. O modo como elas são recebidas geralmente marcam o tipo de regime político instituído naquele lugar.

Tomando como ponto de partida, o início da industrialização brasileira, para Martins (1979) o primeiro caso de oposição radical ao Capital ocorreu no final do século XIX, com o movimento anarquista de corrente sindical. Este, rejeitava todas as formas de poder, combatia o Estado e a ideia de partido, e propunha enquanto forma de organização social o modelo dos sindicatos auto-geridos pelos trabalhadores. O anarco-sindicalismo influenciou profundamente as associações operárias daquele período, definidas como ligas de resistência e combate, sem quadros administrativos remunerados e atribuições assistenciais (Martins, 1979).

O sindicalismo exercia uma função política na área das relações de produção. Visavam melhorar as condições do trabalho assalariado, com o objetivo de alterar as relações de força existentes entre o capital e o trabalho até a extinção do primeiro. O movimento começa a ganhar notoriedade pela sua capacidade de organização junto à classe trabalhadora e pelos avanços conquistados coletivamente. Destaco aqui a primeira lei trabalhista nº 1.313 de 17/01/1891 que regula o trabalho de menores empregados na capital federal, em 1904 a lei sobre os acidentes de trabalho, em 1911 a lei de fiscalização do trabalho de mulheres e menores, em 1919 a lei de acidentes de trabalho, 1923 a primeira lei sobre estabilidade no emprego e caixas de aposentadorias e pensões.

Martins (1979), Goettert (2014), Cardoso (2014) e Antunes (1985), oferecem em seus trabalhos um panorama histórico sobre o sindicalismo no Brasil. Entre esses autores há uma, aparente concordância no que se refere às mudanças que ocorreram após o governo Varguista, que percebendo o caráter

influenciador que os sindicatos tinham sobre os trabalhadores decidiram institucionaliza-los.

Com o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, o Estado, agora intervencionista, muda sua relação com os sindicatos, de repressivo, passa a organizador e controlador das ações sindicais, no sentido de integrá-las a administração pública, como órgãos de colaboração. Surge aqui o termo pelego, até então usado só para designar o arreio de sela que amaciava os cavalos para cavalgadas. O sindicato pelego era aquele que amaciava as tensões entre patrão e operário, servindo como conciliador de classes, em benefício do capital, invés de empreender um embate direto com eles.

Conforme Martins (1979), a expressão dos interesses e da politização da classe trabalhadora foi canalizada para se manifestar apenas de acordo com os interesses da nova estrutura de poder. O proletariado, incorporando elementos da ideologia difundida pelo poder doutrinante, tornou-se facilmente massa de manobra de Vargas e de seus herdeiros políticos enquanto a ação sindical tornara-se mera fiscalizadora e reclamadora do cumprimento de dispositivos legais ao trabalho, existindo ainda casos de omissão sindical deliberada.

Nesse período houve uma mudança de definição nos sindicatos, que antes atuavam como órgãos independentes em busca de quebras das relações de poder, e nesse período passam a ser colaboradores do Estado, atuando como intermediários entre as demandas dos trabalhadores e as propostas do patronato, e a partir de 1939, coube ao sindicato uma atuação essencialmente administrativa, com funções delegadas pelo Estado.

A paz social e a ordem eram as metas traçadas pelo Estado buscando a transformação da classe trabalhadora em colaboradora e participante da construção da sociedade capitalista brasileira. Os objetivos fundamentais eram eliminar os conflitos e tensões sociais entre empresários e operários, permitindo assim, uma produtividade maior e conseqüente desenvolvimento industrial. Era necessária a eliminação dos focos de perturbações representados pelos conflitos coletivos do trabalho.

Martins (1979) pontua a existência do dirigente sindical como um burocrata, perfil esse que começou a ser definido a partir de 1937. Mas no intervalo entre 1945 e 1964, o burocrata teve que ser, também, estrategista e

político. Após o golpe de 1964, com a retomada dos princípios que levaram o Estado a atuar nas áreas trabalhistas e sindicais, houve o retorno à função administrativa e sindical, com a acentuação das funções burocráticas do dirigente sindical.

Na concepção de Martins (1979), quando as greves começam a ser reprimidas e suas reivindicações salariais desconsideradas, os dirigentes sindicais conseguiram, apenas, formular reivindicações de cunho reformista, atuando em um sindicato que não foi concebido nem organizado pelo Estado para permitir a “produção da consciência proletária”. O dirigente sindical espera simplesmente garantir aos trabalhadores de sua categoria uma distribuição mais justa da renda que eles ajudaram a gerar. Condenando as “injustiças” do capitalismo, não são capazes de, entretanto, de explicá-lo e, portanto, de negá-lo ideologicamente.

Até a década de 1960 as lutas reivindicatórias eram predominantemente canalizadas por meio dos sindicatos, entretanto, com o advento da ditadura militar, inicia-se um novo momento histórico de contra-hegemonia em que a população rompe as ruas em busca de novas formas governamentais.

A partir de então os chamados novos movimentos sociais ganham forma, tendo como protagonistas indivíduos articulados num processo de (re) invenção de formas autônomas de ação coletiva em sistemas complexos, fora das instituições estabelecidas e apresentando-se contra organizações burocráticas. Os aspectos, antes invisibilizados, da vida humana ganham destaque com esse novo agente coletivo de caráter descentralizado e que prioriza a ação direta em nível local, assumindo uma postura de hostilidade em relação ao Estado e de desconfiança na racionalidade instrumental (Azevedo, 2010).

Segundo Alonso (2009), o termo movimentos sociais, cunhado para designar multidões bradando por mudanças pacíficas “faça amor, não faça guerra”, desinteressadas do poder do Estado chamou atenção dos sociólogos que até então concentrados em pensar revoluções, ou a ausência delas, produziram três grandes famílias de explicação para os movimentos sociais.

A mobilização coletiva já foi considerada como irracionalidade, explosão reativa de frustrações individuais que as instituições momentaneamente não logriam canalizar. Alguns teóricos acreditaram ser o retorno do movimento

operário, mas logo se viu que o que se emergia tinha um quê de peculiar. Não se baseava em classes, mas, sobretudo em etnias (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo), citando os mais proeminentes (Alonso, 2009).

O fenômeno social não visava revolução política ou tomada de poder do Estado, o que a diferenciou dos demais movimentos históricos de até então, não sendo muito compatível nas análises marxistas ou funcionalistas. A ruptura está no próprio nome que o fenômeno ganhou. Tratava-se seguramente de “movimentos”, no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas, mas não eram, de modo algum, protagonizadas por proletários. Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la (Alonso, 2009).

Em Alonso (2009) é apresentado três famílias de teorias dos “movimentos sociais”: que a partir dos anos 1970 foram os principais estudos sobre a temática sendo eles a Teoria de Mobilização de Recursos (TRM), A Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) aos quais detalharemos a seguir.

A primeira, de McCarthy e Zald (1977 apud Alonso, 2009) é a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), defende que movimentos como o pelos direitos civis nos Estados Unidos tinham sentido e organização. Para os autores, mais importante que identificar as razões seria explicar o processo de mobilização. Longe da questão emotiva, a decisão de agir seria o ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos. Isso porque sem a presença de recursos materiais e humanos a ação coletiva não seria possível. A TMR aplicou a sociologia das organizações ao seu objeto definindo os movimentos sociais por analogia como uma firma. Quanto mais longevos, mais burocratizados os movimentos tornariam-se, o que gerou certo desconforto e rejeição por parte da esquerda, não concordando com a comparação de movimentos sociais a empresas.

A Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) nasceram dos debates sobre a revolução. Ambas se

insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal. As duas constroem explicações macro-históricas que repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais. Todavia, a TPP investe numa teoria da mobilização política enquanto a TNMS se alicerça numa teoria da mudança cultural (Alonso, 2009).

Referente à mobilização, a TMR “só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis. Enquanto a TMR enfatiza recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, a TPP prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação” (ALONSO, 2009, p. 55-56).

Para Alonso (2009), mobilização é o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire o controle sobre os recursos necessários para a sua ação e baseia-se em um conflito entre partes, uma delas momentaneamente ocupado pelo Estado, enquanto a outra fala em nome da sociedade. Estado Nacional e movimentos sociais não são atores, mas formas de ação coletiva.

Para Tourine (1989, apud Alonso 2009), esses “novos movimentos sociais” não se organizam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo. Recorrendo às formas de ação direta “no nível dos próprios problemas sociais”, seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil. Essa é uma das características principais que diferencia o novo movimento se comparado aos demais. Existe nele a visão contemporânea de cidadania tomando por base uma sociedade democrática na qual a relação Estado e sociedade se constroem coletivamente e não de forma unilateral.

Os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil e, portadores de uma nova “imagem da sociedade”, tentariam mudar suas orientações valorativas. Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009, p. 61).

Para Habermas (1987, apud Alonso 2009), os novos movimentos sociais são formas de resistência à colonização do mundo da vida, apresentam-se como reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação e direitos humanos.

Na visão de Melucci (1996, apud Alonso, 2009) na sociedade industrial, o mecanismo de acumulação e de controle social residiria na exploração da força de trabalho. Já na sociedade “avançada” ou “de massas” ou “sociedade da informação” configura-se um novo padrão de dominação, baseado na produção e controle de informação e na intervenção nas relações sociais, e exercício por meio da ciência e da tecnologia.

Para Melucci (1996, apud Alonso 2009) os novos movimentos sociais seriam então formas particularistas de resistências, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações “pós-materialistas”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas.

A análise de Alonso (2009), Melucci (1980), Tourine (1989) e Habermas (1987) apontam para sentidos semelhantes em relação à sociedade contemporânea, que se caracteriza como pós-industrial, complexa e com uma interpenetração entre o mundo público e privado. Para os autores, uma mudança macrossocial teria gerado uma nova forma de dominação, eminentemente cultural (por meio da tecnologia e da ciência) e borrado as distinções entre público e privado, acarretando mudanças nas subjetividades e uma nova zona de conflito. As reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores.

Alonso (2009) aponta que o senso de “nós” está sujeito à permanente negociação e redefinição de orientações comuns a respeito dos fins, dos meios e do ambiente da ação. Liderança e organização surgiriam como formas de manter estáveis essas orientações.

Em suma, as três teorias – agora clássicas – sobre movimentos sociais têm contornos bastante peculiares. A TMR focalizou a dimensão micro-organizacional e estratégica da ação coletiva e praticamente limou o simbolismo na explicação. Já a TPP privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou a cultura na análise por meio do conceito de repertório, embora não tenha lhe dado lugar de honra. A TNMS, inversamente, acentuou aspectos simbólicos e cognitivos – e mesmo emoções coletivas –, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Em contrapartida, deu menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve (ALONSO, 2009, p.69).

A teoria de “novos” e velhos” movimentos sociais foi amplamente contestada sob o argumento de que os movimentos sociais sempre combinaram demandas materiais e simbólicas. A TNMS foi acusada ainda de se restringir ao plano societário, negligenciando a relação dos movimentos sociais com a dinâmica político-institucional. Alonso (2009) aponta para os debates acerca das contestações das teorias clássicas na qual não me aprofundarei nesse trabalho, visto que não cabe em propósito.

Azevedo (2010) cita uma das dificuldades encontrada pelos NMS, pois tradicionalmente o adversário social não necessariamente trata-se de um poder político e sim contra valores, poderes etc. A ausência de uma perspectiva triunfante que marca a contemporaneidade conduz a múltiplos debates, tensões e divisões no interior dos movimentos sociais.

A partir dos anos 1990 as teorias dos movimentos sociais investiram em sínteses conceituais e abordagens integradas, com vista no estudo das práticas de mobilização e dos códigos culturais que as orientam, focando nas experiências peculiares de produção de sentidos e de identidades coletivas.

Já no século XXI, novas questões surgem e modificam a escala de ativismo de nacional a global. O ativismo ganha novas formas com o processo de institucionalização e burocratização no qual os movimentos se convertem em partido e/ou prestadores de serviço. A associação entre novos movimentos e pautas “pós-materiais”, também, ampliou-se com a presença aumentada das mobilizações étnicas, religiosas, conservadoras etc. Com o advento do atentado terrorista do dia 11 de setembro, contra USA, findou-se a era dos protestos pacíficos, dando início ao momento das mobilizações policêntricas e violentas, como o terrorismo candidatando-se à forma rotineira de mobilização coletiva do novo século (Alonso, 2009).

Estes fatores supracitados provocaram uma mudança nos paradigmas dos movimentos reivindicatórios, tornando obsoletas e descontextualizadas as teorias anteriores. Dentro dos debates atuais, há um consenso entre os autores estudados de que, mesmo havendo propostas de conciliações teóricas rumo a análises da ação coletiva, por ora nenhuma delas parece persuasiva o bastante para ganhar o centro da cena. Segundo Alonso (2009), com tantas definições disponíveis e escassos estudos empíricos de escala efetivamente planetária, as teorias dos movimentos sociais estão também longe do consenso quando tratam de mobilizações “globais” (Alonso, 2009).

Retomando a discussão inicial, de acordo com Azevedo (2010) movimento social era designado originalmente para significar o movimento operário, com a teoria marxista, o conceito evolui para designar a marcha da classe trabalhadora determinada a superar as estruturas de produção capitalista. Afora esse período, para a autora não há consenso quanto ao seu emprego para nomear a diversidade de experiências participativas não originárias das relações produtivas.

Galvão (2011) concorda com a afirmação que não há classe se não na relação de conflito com outras classes, no qual as classes são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente por seu lugar no processo de produção.

O conceito de classe, concebido a partir dessas balizas, permite-nos sustentar a possibilidade estrutural da ação coletiva: a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes. Desse modo, é possível destacar a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que estes expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalistas (GALVÃO, 2011, p. 110).

A autora, ainda, ratifica que a oposição de classes não equivale a sustentar que os conflitos sociais se traduzem numa simples polarização de interesses entre capital e trabalho, mas que são um conjunto heterogêneo de diferentes classes sociais.

Assim, no lugar de uma bipolarização que colocaria em campos opostos burguesia e proletariado, bipolarização essa provocada por uma tendência à proletarização que não deixaria praticamente lugar para classes intermediárias, verifica-se uma

multipolarização. Nesse sentido, recusamos a tese segundo a qual todo trabalhador pertence ao proletariado ou à classe operária, uma vez que ambos os conceitos são, por vezes, tomados como sinônimos (GALVÃO, 2011, p.111).

Para Galvão (2011), a situação objetiva de classe não leva automaticamente à ação coletiva, sendo necessária a análise das condições materiais e da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante, da relação com as outras classes, para que, dessa forma, evite-se afirmações que relacionam base social e posição política. A autora salienta que além das mobilizações progressistas e revolucionárias, os sujeitos podem empreender mobilizações conservadoras e reacionárias, como pontuado também em Alonso (2009).

Galvão (2011) afirma que os conflitos sociais são manifestações de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais. Estes conflitos manifestam-se de diferentes formas, conteúdos e intensidades dependendo do perfil ideológico das organizações que assumem o papel de mediação da ação dos sujeitos.

Para a autora a primeira proposição para uma definição marxista dos movimentos sociais é a afirmativa referente às possibilidades de relacionar a eclosão desses movimentos à posição de classe de seus participantes, ainda que esse elemento não apareça claramente no discurso dos movimentos. A segunda proposição é que os movimentos não são necessariamente uniclassistas, mais pluriclassistas (ou policlassistas). Como as classes não são homogêneas, os movimentos também não o são, nem no ponto de vista de sua composição, nem quanto suas demandas (GALVÃO, 2011).

A separação da luta sindical da luta política é uma questão controversa dentro do marxismo.

No sentido mais rigoroso do termo, não haveria luta de classes a não ser nos momentos de transição, o que tornaria esse conceito inaplicável nos períodos em que a reprodução do modo de produção capitalista não estivesse seriamente ameaçada (GALVÃO, 2011, p.113).

A esse respeito a autora pontua o posicionamento de Marx da seguinte forma:

Em *Miséria da filosofia*, Marx assegura que as coalizões dos trabalhadores em defesa de seu salário adquirem um caráter político na medida em que, ao sofrer a repressão patronal, os trabalhadores se dão conta da necessidade de ir além da luta reivindicativa. Assim, Marx entende as coalizões como uma forma de os operários superarem a competição entre si e de resistirem frente aos capitalistas. A associação de trabalhadores repercute no plano político, pois permite o desenvolvimento da consciência de classe (...) (GALVÃO, 2011, p.114).

Deste modo, as reivindicações e as resistências proporcionam espaços de reflexão que devem ter como objetivo caminhar em direção ao reconhecimento de classe para si, momento esse em que a classe trabalhadora se reconheceria como tal e se posicionaria contra o sistema capitalista vigente. Esta ação modificaria as bases societárias transformando-as num movimento coletivo e emancipatório.

Denomina-se como luta reformista o espectro das lutas políticas que visam à ampliação de direitos pela democracia não tirando de vista, entretanto, seu objetivo revolucionário, pois as lutas dos trabalhadores podem se limitar à questões imediatas, com o objetivo de melhorar as condições vida, mas podem também, visar à luta pela revolução social e emancipação da classe trabalhadora.

A separação entre luta sindical e luta política não permite perceber a relação entre os dois níveis, a articulação que se pode estabelecer entre luta reivindicativa (não apenas a luta protagonizada pelo movimento sindical, mas também por outros movimentos sociais), luta para influir e participar do governo (luta política reformista) e luta pelo poder (luta política revolucionária). Essas dimensões não podem ser vistas como estanques, pois o caráter imediato das reivindicações dos dominados não as torna menos importantes, não impede que elas se vinculem a objetivos mais amplos (GALVÃO, 2011, p.115).

Galvão (2011) concorda que ao mesmo tempo que os movimentos sociais fortalecem a luta anticapitalista, uma vez que ao lutar contra diferentes formas de dominação reiteram a necessidade de um projeto político que possibilite a unificação desses movimentos em torno da luta anticapitalista.

Para Bérout et al. (1998, apud Galvão 2011), embora nem todo conflito se reduza ao conflito de classe os movimentos sociais, em sua especificidade, não podem ser compreendidos sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas.

Os movimentos sociais não podem ser pensados fora do contexto do Capital, pois grande parte de suas demandas reivindicatórias oriunda-se das contradições e problemáticas geradas a partir das expressões da questão social. Sendo assim, mesmo que em escalas diferentes, todas as demandas sociais passam de alguma maneira pelo capital.

Quanto à caracterização dos/as participantes desses movimentos coletivos, Azevedo (2010) assinala que suas motivações não se detêm apenas ao nível político de troca de bens nesse mercado, eles estão interessados somente nos custos e benefícios da ação, como também buscam solidariedade e identidade.

Os movimentos sociais são heterogêneos em si, complexos, e com especificidades diversas, contendo elementos comuns, que além de oscilar entre a defesa do estatismo e as vantagens do mercado, orientam-se ora para condutas “expressivo-disruptivas”, mediante manifestações de deslegitimação e negação do Estado, ora para condutas “integrativo-corporativistas”, buscando acesso a bens e serviços por meio dos quais se alcançam condições melhores de vida, promovendo uma maior integração social reafirmando o papel provedor do Estado (AZEVEDO, 2010).

Galvão (2011) conclui seu pensamento afirmando que os movimentos sociais são, de um lado, expressão das contradições de classes e, de outro, contribuem para a constituição das classes, já que elas se constituem na luta, não estão dadas automaticamente pela posição na estrutura produtiva, e que pelo fato das formas de dominação emergirem do capitalismo torna-se primordial a análise marxista para a temática dos movimentos sociais.

3.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E FORMAS DE REPRESENTAÇÃO NA VELHICE

Azevedo (2010) afirma que desde os anos 1970 os movimentos sociais têm tido participação decisiva na luta pela ampliação das fronteiras na arena política, visando o aprofundamento da democracia. Estes contribuem para construir a sociedade civil como palco político e legítimo de afirmação de uma nova concepção de democracia que vai além das estruturas tradicionais institucionalmente concebidas.

Souza (2009) ratifica que uma geração não quer dizer um grupo concreto, apesar que, pertencer a uma mesma posição geracional pode ser base para a formação de um grupo. Isso porque, conforme já mencionado anteriormente, as pessoas pertencentes da mesma geração normalmente vivenciam processos históricos semelhantes, por pertencerem à mesma categoria do ponto de vista cronológico. É importante pontuar, entretanto, que os momentos históricos são vivenciados de formas diferentes conforme cada realidade e subjetividade a ela aplicada, tais como as condições sociais, econômicas, geográficas e culturais.

A autora acredita que a geração de idosos/as que vivenciaram os anos de 1970 e 1980 formaram uma conexão geracional, uma vinculação concreta, que veio fortalecendo-se e perpetuando-se na geração de idosos que a sucedeu. Alguns dos motivos que podem ter influenciado e impulsionado os/as idosos/as a formarem essa conexão foram, conforme Souza (2009), o aumento do número de idosos/as, as condições subalternas que muitos deles/as viviam e o contexto histórico-social.

Segundo Tarrow (1999, apud Tavolaro, 2008), disputas políticas são alavancadas quando mudanças de oportunidade e constrangimentos políticos criam incentivos para atores sociais que não possuem recursos próprios. Essas oportunidades políticas são entendidas como dimensões consistentes da luta política que encorajam as pessoas a se engajar em disputas políticas. Essas circunstâncias especiais, quando combinadas com a percepção dos custos da falta de ação oferecem oportunidades ótimas para disputas políticas (Tavolaro, 2008, p. 134).

Tavolaro (2008) acredita que as origens dessas oportunidades estão profundamente embutidas tanto em instituições políticas consideravelmente estáveis, quanto podem emergir de transformações voláteis e passageiras. Além disso, há a possibilidade de estarem vinculadas a grupos e/ou questões específicas ou mesmo centradas no próprio aparelho do Estado.

No contexto brasileiro, com o fortalecimento dos movimentos sociais a partir da crise do capital e do enfraquecimento do regime ditatorial ocorreu aquilo que Tavolaro (2008) denomina oportunidades políticas, momento esse em que as bases políticas, formas de governo, relação Estado e sociedade, etc. foram questionados, revistos, reelaborados e modificados, todavia, não sem embates ou resistências

Para Souza (2009), o protagonismo está ligado a uma articulação especial de determinados grupos sociais, quais passaram a demandar mais intensamente a definição e o respeito aos seus direitos, ou seja, esses atores saem dos obscurecidos lugares de exclusão para enfrentar a cena social e política. A autora acredita que o movimento que ganhou força a partir dos anos 1970 é fruto desse empoderamento no qual as pessoas idosas passaram a se organizar, a participar da cena pública e política e a criar relação com outros grupos sociopolíticos.

Sem dúvidas, o trabalho de Azevedo (2010) foi o grande contribuidor para esse trabalho, visto a escassez de pesquisas relacionadas ao tema. Em *Um palco de múltiplas vozes: A nova invenção dos idosos/as em luta pela cidadania*, a autora vai estudar a luta dos/as idosos/as a partir do advento dos NMS fazendo um recorte de gênero e identificando os principais entraves encontrados pelas mulheres idosas no contexto de participação política.

Segundo a autora, é a partir dos anos 1980 que a geração de idosos/as, até então na condição de dirigentes sindicais, militantes de base ou membros de determinados ramos de atividade, organizaram em todo o país uma estrutura própria de ação reivindicativa que foi protagonista da luta pela ampliação dos direitos previdenciários.

Esses/as velhos/as trabalhadores/as foram membros ativos nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), antiga estrutura previdenciária fragmentada por categoria profissional. Muito do poder político dos líderes sindicais desse período advinha dessa participação na estrutura desses

Institutos, com a qual articulavam as demais questões trabalhistas tratadas no Ministério do Trabalho e Previdência Social. Assim, os líderes sindicalistas assumiam a luta pelos direitos previdenciários que se dava no seio do movimento sindical.

Para responder à negligência dos jovens sindicalistas quanto às suas demandas, os aposentados/as não se deram por rogados e organizaram-se em Associações, Federações por Estado e uma Confederação em âmbito nacional, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP); armados com esses instrumentos organizativos, jogaram-se em campo, assumindo como sujeito social a defesa de seus direitos. Num processo perpassado por tensões, divergências, rivalidades, competitividades, negociações e alianças, foram delineando sua identidade coletiva, ancorada na definição jurídico-legal de quem compunha a categoria de aposentados/as e pensionistas. Esse dado objetivo possibilitou aos velhos/as trabalhadores/as imaginarem uma “comunidade” de milhões de brasileiros/as cunhada na expressão, “somos a maior categoria deste País” (AZEVEDO, 2010, p.85).

Sendo assim, falar dos movimentos dos idosos/as e pensionistas é falar em membros de sindicatos, associações, sociedade civil, trabalhadores, etc. O movimento não contém membros exclusivamente de nenhuma instituição, mas grande parte daqueles que participam desse movimento são oriundos de sindicatos, associações e federações. O motivo que os levaram a adentrar ou continuar na militância, agora pela causa do/da idoso/a, são alguns dos objetivos que essa pesquisa pretende abranger.

Tal qual apresentado por Azevedo (2010), durante a primeira fase da mobilização reivindicativa dos/das aposentados/as muitas das suas associações (em número ainda reduzido em seu total) não tinham autonomia, visto que se subordinavam politicamente aos sindicatos das suas respectivas categorias, que lhes cediam espaço em suas sedes para seu funcionamento e, não raro, apoio financeiro, na medida em que seus associados, ainda um pequeno contingente, não ofereciam condições de fazer frente aos custos das mobilizações. Naquele momento, eles priorizavam a luta judicial ajuizando processos contra a Previdência Social, buscando corrigir as perdas nos valores de seus benefícios acumuladas ao longo do tempo em função de falhas no

cálculo do reajuste dos benefícios de aposentadoria, desde o final da década de 1970, ao tempo em que atuavam junto aos parlamentares no Congresso Nacional.

Com a estrutura organizacional que se estendia por todo o território nacional a ação coletiva dos aposentados/as e pensionistas foi conquistando cada vez mais autonomia em relação aos sindicatos. Assumindo voz própria, chegavam a Brasília caravanas de idosos/as beneficiários de aposentadorias e pensões, sob a coordenação da COBAP, e frente a frente com os agentes públicos protestavam contra a política de previdência que atentava contra a dignidade dos que envelheceram trabalhando e contribuindo para o desenvolvimento do país e do sistema previdenciário. Nesse processo esses idosos/as foram promovendo mobilizações sempre mais expressivas e ganhando espaço na mídia. O maior destaque nesse período fica por conta da grande atuação no Congresso Constituinte para defender suas reivindicações sem temer o desconforto das péssimas condições de alojamento enfrentadas na capital política do país (AZEVEDO, 2010, p.86).

As conquistas vivenciadas através da luta do movimento dos/as idosos/as no Brasil têm fortalecido e legitimado seu protagonismo frente à sociedade e aos órgãos Estatais. Souza (2009) afirma que esse atuar coletivo das pessoas idosas, essa construção de novas representações simbólicas, lhes permitiu criar uma identidade de grupo.

As mobilizações tiveram grandes avanços no corpo da CF/88 que instituiu a garantia de direitos constantes da maioria das reivindicações dos/as aposentados/as e pensionistas. Trouxe, ainda, pela primeira vez, o conceito de seguridade social como orientação do sistema de proteção social brasileiro, ancorado em três pilares das políticas públicas: Saúde, Assistência e Previdência. As vitórias assim conquistadas trouxeram mais munição à disposição dos/as idosos/as. Tais lutas atingiram seu ápice nos primeiros anos da década de 1990 culminando com a histórica mobilização pelos 147% (Azevedo, 2010).

Ao adotar a cidadania como princípio geral a Constituição Federal de 1988 criou instrumentos para sua efetivação mediante a democracia participativa. Desde então, leis orgânicas específicas regulamentaram esse direito constitucional à participação criando os conselhos gestores de políticas setoriais específicas de composição paritária entre representantes do governo

e da sociedade civil prevista em lei específica de acordo com a especificidade de cada contexto/cenário (Azevedo, 2010).

A legitimação dada aos diversos setores da sociedade e aos movimentos sociais foi primordial para a construção de bases redefinidas de governabilidade, elaboração de leis, políticas públicas, decretos e/ou decisões que afetem a sociedade, pois, a partir de então em tese as decisões no curso de suas elaborações devem obedecer a critérios democráticos.

As lutas dos movimentos sociais, no Brasil, incluindo aqui a luta dos/as idosos/as objeto deste estudo, vêm contribuindo para a definição dos princípios de uma nova cidadania, na qual o que está em jogo é o direito de participar da própria definição do sistema político do qual se quer ser membro.

O movimento dos/as idosos/as que já havia ganhado notoriedade na luta pelos 147%, com a PNI e a criação do Conselho Nacional do Idoso ganha visibilidade e legitimidade de atuação. Quando os próprios idosos/as começam a serem ouvidos através dos conselhos, associações, sindicatos e movimento dos aposentados. Várias lacunas contidas na PNI começam a ser consideradas e reavaliadas, e por meio de lutas, reivindicações e processos de disputas e negociações, os/as velhos/as trabalhadores/as em movimento, ao lado de outros agentes sociais, pensaram e apresentaram novas regras tanto do ponto de vista do sistema organizativo, quanto do sistema político da sociedade, enfeixadas na proposta de um corpus normativo de garantia de direitos daqueles/as que continuam vivendo acima dos sessenta anos de idade. Em 2003, após sete anos de tramitação no Congresso Nacional, o Estatuto do Idoso é promulgado, com a lei nº 10.741, a fim de reforçar a Política Nacional do Idoso bem como seus direitos e cidadania (Barros, 2017 e Azevedo, 2010).

É importante salientar que, os espaços participativos e a participação da sociedade civil não podem ser vistos como únicos agentes de transformação social, apesar de não poderem ser ignorados desse processo, devido sua grande importância. Deve ser levado em consideração a sua capacidade de tensionar as estruturas autoritárias, bem como a capacidade de politização da sociedade civil influenciando em uma cultura política participativa e de direitos (Barros, 2017).

Para Azevedo (2010) a análise da participação dos aposentados/as e pensionistas como sujeito social nos processos políticos, como vimos acima,

permite-nos categorizar tal ação coletiva para além do âmbito restrito de um grupo de interesse, ou grupo de pressão política, na medida em que não se ateve apenas às reivindicações por melhorias dos valores dos benefícios de um setor social específico da sociedade. Pelo contrário, no processo de suas mobilizações, os/as idosos/as, ao afirmarem a imagem do/a “aposentado/a ativo”, reivindicaram-se portadores dos atributos básicos ao homem e à mulher visando o status de cidadão pleno e confiável. Assim, questionaram a imagem tradicional da velhice, inserindo está em outra dimensão, cujos valores opunham-se àqueles comumente aceitos. Os/as idosos/as contribuíram, para a construção de representações novas e positivas sobre esta etapa da vida, cuja experiência todos/as viveremos.

Rozendo (2010) salienta que o protagonismo do idoso, inserido nas práticas de participação política da atualidade não apresenta um caráter monolítico e nem uma organização única, mas, é multifacetado por injunções várias das esferas da economia, da cultura, da organização social e da subjetividade que delineiam enredos e atuações heterogêneas.

Dentro da militância dos/as idosos/as segundo Machado (2007) há uma prevalência a militância sindical, estes/as a concebem como instrumento de luta no campo das relações sociais de produção, e como aposentados/as especificamente, como a possibilidade de ampliar as conquistas previdenciárias. A forma como as associações assumem, suas pautas reivindicatórias, permite-nos inferir que as atividades ali desenvolvidas são uma extensão da prática sindical, suas ações e suas estratégias de luta, possuindo um forte referencial na política sindical na qual foram formados. Quando relatam suas experiências passadas, nota-se que se assemelham grandemente com sua prática atual. Têm uma base classista clara e são formados por uma ideologia, que lhes dá o eixo para a ação (MACHADO, 2007).

Na análise de Machado (2007), o movimento dos/as idosos/as dividem-se, majoritariamente, em dois grandes blocos, uma parte que luta principalmente pela defesa da seguridade social e outro que está preocupado com questões atuais e que estão exigindo às organizações dos trabalhadores um tratamento mais amplo para essa nova realidade que o envelhecimento da população vem impondo. Este último grupo vem politizando o cotidiano com

suas novas demandas e propõem um novo projeto cultural para a velhice. Sobre esses, a autora denomina-os como pertencentes a um novo movimento social.

A importância do movimento dos aposentados é incontestável, pois além de ser porta voz de uma parcela da sociedade antes silenciada, em toda a sua trajetória foi participante de inúmeras conquistas que beneficiam a todos nós, se não agora, posteriormente.

É necessário que se dê mais atenção, no âmbito acadêmico, para essa temática que abrange uma parte da sociedade que crescerá, e continua a crescer, em termos quantitativos. Para o Serviço Social é primordial, uma vez que, o/a profissional que tiver consciente, da discussão acerca dessa temática, estará menos sujeito a ter comportamentos estigmatizantes com a população idosa e também importante para sociedade, de forma a contribuir para quebra de paradigmas e alienação.

4 A ATUAÇÃO DE VELHOS/AS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Nesta parte do trabalho, discorreremos sobre a pesquisa empírica deste trabalho, objetivando enfatizar as percepções acerca da participação política na velhice e quais as suas especificidades.

4.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento da pesquisa foi de cunho qualitativo, pois, “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”. (RICHARDSON, 2012, p.80)

Como dito na introdução deste trabalho, a minha aproximação com a FEASASPEB proporcionou-me interação com idosos/as de categorias profissionais diversas e associações distintas, visto seu eixo centralizador como órgão Estadual. Conforme dados coletados do site⁷ do órgão a FEASAPEB é uma instituição sem fins lucrativos fundada em Agosto de 1985 tendo como objetivo coordenar administrativa e juridicamente como legítimo órgão máximo no Estado da Bahia os aposentados, pensionistas, sediada na Rua Santa Clara do Desterro Nº 73, bairro Nazaré, Salvador, Bahia.

A FEASAPEB congrega, coordena e orienta as entidades de base que possuam personalidade jurídica bem como os movimentos e lutas em defesa dos direitos e melhorias da qualidade de vida do segmento representativo. A mesma é filiada à Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COPAB, órgão superior que representa a nível nacional as entidades de trabalhadores aposentados e pensionistas, tendo como objetivo promover

⁷ Informações colhidas no site da instituição, Disponível em: <<http://www.feasapeb.com.br/sobre/>> Acesso em: 17 Nov. 2018.

ações com suas federações e demais entidades filiadas para tratar de assuntos de interesse do movimento e definir estratégias de ação⁸.

Os/as entrevistados/as que participam da pesquisa empírica foram denominados com nomes fictícios: um homem chamado Marcos, de 69 anos, aposentado, negro, casado, católico, heterossexual, tendo o 2º grau (Ensino médio) completo e participante ativo de um sindicato. Uma mulher ao qual atribuímos o nome fictício de Rita de 78 anos, aposentada, negra, solteira, católica, heterossexual, tendo nível superior e participante ativa de uma associação e um sindicato. Uma mulher denominada por Dirlene de 70 anos, aposentada, negra, solteira, católica, heterossexual, tendo nível superior e participante ativa de uma associação e por fim uma mulher ao qual conferimos o nome fictício de Olívia de 54 anos, aposentada, parda, divorciada, evangélica, heterossexual, tendo nível superior e participante ativa de uma associação, e como dito na introdução, aproveitaremos sua entrevista em momentos específicos, não utilizando para questões geracionais.

Traçando o perfil socioeconômico dos/as entrevistados/as percebe-se que a média salarial de dois dos/as entrevistados/as antes da aposentadoria era maior que cinco salários mínimos (SM), os/as outros/as dois tinham á média de dois á três SM. Após a aposentadoria, a renda mensal de Dirlene e Rita diminuíram. Marcos não, porque como ele trabalhou como militar sua aposentadoria foi integral e Olívia continua inserida no mercado de trabalho, após a aposentadoria, e por isso conserva uma renda mensal similar a anterior.

Após a realização das entrevistas ocorreram as respectivas transcrições das gravações, realizando em seguida a análise do conteúdo. A transcrição foi executada pela mesma pesquisadora que realizou as entrevistas e as gravações, sendo essa etapa útil, pois conforme Richardson (2012) permite estudar cada entrevista e fazer uma análise preliminar dos resultados alcançados.

A análise dos dados foi feita baseada nos objetivos propostos para a pesquisa, analisando o conteúdo obtido realizando uma interlocução com as referências teóricas acerca do idoso/a na contemporaneidade, novos

⁸ Informações colhidas no site da instituição, Disponível em: <<http://www.cobap.org.br/pagina/67/a-cobap>> Acesso em: 17 Nov. 2018.

movimentos sociais e participação política, considerando os procedimentos metodológicos apontados por Minayo et. al. (2012) sendo estes: categorização, inferência, descrição e interpretação.

4.2 VELHOS/AS TRABALHADORES/AS: TRAJETÓRIAS E MOTIVAÇÕES

Com a ascensão do neoliberalismo, mecanismos começaram a ser pensados, em nível global, com foco no envelhecimento e em formas de participação da sociedade. Essas iniciativas deram início a uma série de estratégias que buscavam democratizar as políticas de proteção à pessoa idosa. No Brasil, o contexto das mobilizações sociais por direitos de cidadania também foi um fator propulsor dessas iniciativas, que contribuíram para o fortalecimento do movimento dos idosos e para motivar a inserção de novos integrantes no cenário da participação política (Dagnino, 2004).

O marco fundamental dessa demanda está nas definições da I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Viena, e promovida pela ONU em 1982, sendo esta a primeira iniciativa em âmbito internacional a se preocupar com a inserção do idoso nas políticas públicas (AZEVEDO, 2010). As pautas trazidas pelos movimentos sociais, junto às orientações dessa Assembleia e suas diretrizes propostas, deram norte ao caminho percorrido pelos órgãos públicos com vistas em ampliar o sistema de proteção social ao idoso e a promover a participação política legitimando os movimentos advindos destes.

Os fatores acima são algumas das causas que podem ter influenciado trabalhadores/as, que nunca tiveram envolvidos/as no cenário da participação política via militância, decidirem fazer isso após a aposentadoria. 3 (três) das 4 (quatro) pessoas entrevistadas, afirmaram ser essa a razão de sua inserção dentro do ativismo político após a aposentadoria quando perguntado se o/a entrevistado/a já fazia parte de algum sindicato/associação e/ou participava de algum movimento social anteriormente:

Não fazia, só fui mais atuar depois que me aposentei (DIRLENE/2018).

(Ao responder que ano começou a participar do sindicato) 1992, assim que me aposentei (MARCOS/2018).

Já aposentada, antes não, antes já tinha o sindicato nosso né. (RITA/ 2018)

Com a resposta de Rita, questioneei se era participante ativa de seu sindicato, a mesma respondeu que:

Não, é porque descontava [...] descontava um dia de salário que a gente virava cão no mês de março, mas eu nunca participei, nem de diretoria, enfim nem assim, era porque, trabalhava e nós tínhamos esse sindicato, descontava, então se a gente precisasse a gente recorria, se não precisasse... (RITA/2018).

Contraditoriamente, espaços considerados de participação, também contribuíram para projetos de cunho neoliberal. Assim, grande parte da interlocução entre o projeto neoliberal, que ocupa majoritariamente o aparato do Estado, com o projeto participativo se dá justamente através daqueles setores da sociedade civil que se engajam nessa aposta e passam a atuar nas novas instâncias de participação junto ao Estado (Dagnino, 2004).

Outro aspecto que pode ter influenciado os/as entrevistados/as e tantos outros e outras a inserirem-se no cenário da participação só após a aposentadoria, é que, enquanto trabalhadores e trabalhadoras, além do tempo não disponível, tomando por base uma carga horária de trabalho de 40 a 44 horas semanais, os outros compromissos pessoais dificultavam o engajamento destes e a presença em ajuntamentos que propõem discussões e que promovem a uma reflexão acerca de temas do cotidiano, visando romper com a alienação presente em uma sociedade capitalista.

Além disso, no Brasil, participar ativamente de um movimento contra-hegemônico significa correr “riscos”, uma vez que, na visão do contratante, ter um funcionário que questiona e que promova ações reivindicatórias, junto aos seus/as companheiros/as de trabalho, significa conviver com a instabilidade, o que resulta normalmente em demissões ou remanejamentos, sendo este último comum somente com funcionários/as públicos. Esse risco, por vezes, é assumido por poucos/as, o que pode resultar no enfraquecimento dos movimentos sociais.

Estar aposentado/a proporciona uma relativa autonomia que permite certa liberdade para posicionar-se e até mesmo opor-se a determinados ditames. Além disso, o/a aposentado/a goza de mais tempo livre, na maioria das vezes, melhor aproveitado pelos homens em relação às mulheres, pois a aposentadoria para as mulheres, por vezes, representa novas responsabilidades, como será discorrida nos capítulos seguintes.

Outra hipótese seria justamente pela iniciativa da velhice ativa ser propulsora de ações que mantenham o/a idoso/a atuante e participativo/a, isso é respaldado pelo trabalho de Rozendo (2010), que descreve pesquisas, realizadas no Brasil, que apontam a presença dos idosos como atores essenciais na gestão dos programas de atenção voltados à “terceira idade”.

Atualmente “terceira idade” é a forma mais corriqueira com a qual pessoas velhas vêm sendo chamadas. Isso ocorre porque, conforme Rozendo e Justo (2011), a expressão “terceira idade”, que surge em meados do século XX, diferencia o velho “ativo” do “não ativo”, propagando a expressão, que é usada para designar uma fase da vida produtiva e inserida no mercado de consumidores.

Uma visão revitalizada e refuncionalizada, o que eu nomearia de “idoso 2.0”. Este agora está inserido no mercado de consumo e de produção, alimenta-se bem, pratica exercícios físicos, faz exames periódicos, vai à teatros e clubes, etc. A questão é que esse padrão de vida não é acessível a todas as pessoas, logo essa nova conformação do que é envelhecer, e estar na terceira idade, mostra-se falaciosa, uma vez que, só é representativa para as classes mais abastadas.

Para além disso, quando se tenta homogeneizar uma categoria inteira, não considerando questões estruturais, culturais, econômicas e sociais, cria-se uma visão estereotipada que é perversa com os velhos que não se encaixam nela, é que por conta disso, acabam sendo denominados como ‘descuidados’, ‘relaxados’, ‘preguiçosos’, e tantas outras nomenclaturas que tendem menosprezar aqueles/as que não se adéquam aos novos padrões estabelecidos etariamente.

O termo velho, agora, diz respeito a esses que “não se cuidam” e que “deixaram-se vencer”. Essa coerção social contribui para que períodos sem o trabalho sejam sentidos como períodos de inutilidade. Especula-se que esse

seja um dos motivos que contribuem para a incidência de depressão na velhice e seja, também, um dos motivos que os leva a procurarem outras formas de ocupar o tempo livre.

Compactuo com as conclusões de Antunes (2006), em *Adeus ao Trabalho?*, que descreve como uma das estratégias para uma nova lógica social, o fim do trabalho de caráter fetichizado e estranhado, Isso abriria possibilidades efetivas para um trabalho livre e dotado de sentido para além da esfera laboral. Em outras palavras, encontrar novas formas de se viver e de ocupar o tempo livre pode proporcionar meios para a realização pessoal.

Mas quando essas novas ocupações estão repletas de estigmas e responsabilidades, e tem como pano de fundo a busca pela produtividade desenfreada, em todo o curso da vida humana, o que se reproduz é a exploração, com novas roupagens, reconfiguradas em formas de exigências que mantém o Estado ausente e o indivíduo “ativo” e “útil” para a vida em sociedade.

Sobre o porquê da participação social/militância dos/as idosos/as entrevistados/as observa-se uma diversidade de respostas:

[...] Como eu vou me aposentar, estou aposentada, porque não continuar com a atividade ativa? Isso também me leva ter outras atividades voluntariadas mesmo após aposentada em outros segmentos. [...] Então eu sempre, eu sou uma pessoa que não gosta de ficar parada, e nunca pensei em me aposentar pra ficar em casa (DIRLENE/2018).

O que me motiva a estar participando é justamente a gente não perder o nosso direito, de participar, de opinar, de conhecer também, ter mais conhecimentos, mais que também, você se coloca como uma pessoa útil na sociedade, e não um aposentado que já deu e não tem nada pra dar, então eu acho assim, que eu renovo muito, os meus conhecimentos e as minhas ideias continuam sendo muito aceitas, porque eu sempre fui aberta, sempre achei que a gente quanto mais melhor, [...] e aí eu realmente acho que a gente só tem é ganho, é ganho e eu me sinto bem, me sinto útil, me sinto assim, dentro da sociedade, entendeu, uma pessoa útil ainda hoje, vou em qualquer lugar, vou em palestra, peço a palavra, falo... (RITA/2018).

Porque é uma ocupação de vida, o idoso ele não pode parar, ele tem que continuar, eu vou fazer 70 anos e não posso parar. Eu chego aqui 6 horas da manhã, uma hora e meia eu to indo pra casa, eu chego em casa faço as minhas atividades, vou dormir, de manhã acordo e venho praqui, só fim de semana que eu tô a

vontade não sei que, então eu me sinto muito bem fazendo o que eu estou fazendo aqui. [...] O que me motiva estar aqui, porque eu aqui, eu tenho minhas atividades, e tem outras atividades também além daqui [...]. Eu me sinto muito a vontade e feliz em ta aqui (MARCOS/2018).

Percebe-se nas falas a necessidade de sentir-se útil na sociedade, manter-se ativo, ou seja, em ter uma ocupação e fazer algo que lhes faça feliz. O que corrobora com as teorias citadas sobre o envelhecimento ativo, e também, mostra que atividades que promovem autonomia, promoção de interesses comuns e que estimulam a vida ativa podem proporcionar resultados positivos, conforme mostram os relatos colhidos. Esse fato também pode ser observado na intenção dos/as aposentados/as em continuar na luta até o limite de suas possibilidades, o que pode ser um indicativo de sua relevância na vida dos/as mesmos/as:

Até enquanto eu tiver força, coragem e lucidez (DIRLENE/2018).

Enquanto eu tiver saúde (MARCOS/2018).

4.3 A INFLUÊNCIA DOS ÓRGÃOS PARTICIPATIVOS

Nessa parte do trabalho foram identificadas as motivações que influenciaram a participação dos/as idosos/as nos órgãos em que fazem parte bem como sua representatividade e importância, vistos pelo campo subjetivo e pessoal. Foi feita uma contextualização histórica dos sindicatos e associações no Brasil, porém, de maneira breve visto que o objetivo principal é compreender esses órgãos a partir das vivências individuais e coletivas de cada idoso/a.

É importante pontuar que todos/as os/as entrevistados/as compõem cargos de diretoria, em seus respectivos sindicatos e/ou associações, inclusive, muitos/as deles/as são os/as fundadores/as. Diante disso, foi perceptível a prevalência do 'nós' sobre o 'eu', o que indica que há uma dimensão coletiva impregnada nesses discursos, o que muitas vezes não conferia um tom individualizado e subjetivo das respostas, mas uma análise do coletivo e da totalidade.

4.3.1 PERCEPÇÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS

Como já pontuado, os sindicatos no Brasil tiveram seu início com o movimento anarquista, tendo posicionamentos de resistência e combate às formas vigentes de exploração. A partir do Governo Vargas (1930), os sindicatos adentraram os moldes governamentais tornando-se instituições legalmente reconhecidas. Essa e outras ações provocaram uma série de mudanças no interior do movimento que, num contexto geral, passou a ter um caráter burocratizado e fragmentado, visto as novas exigências do Estado, que indiretamente, os influenciou ter posicionamentos condizentes com o empresariado (Martins, 1979).

A esse respeito, as expectativas e motivações das pessoas que integram esses espaços podem ser dessemelhantes, e até antagônicas, isso porque, o movimento sindical sofreu e vem sofrendo várias mudanças ao longo de sua história, dito isso, a depender do período de inserção de cada integrante ao movimento, das experiências vivenciadas, da categoria pertencente, das regulamentações vigentes, das estruturas, das relações com o empregador/Estado etc. pode-se desenvolver, concomitantemente, tanto atuações conservadoras quanto progressistas.

Veremos a seguir o que os idosos/as responderam quando se perguntou sobre o que é um sindicato e qual a sua importância:

Eu acho que o sindicato é uma categoria que o trabalhador dá ele um cheque sem fundo, uma carta a ele em branco pra ele defender ele nas instâncias que for, tá me entendendo? Aonde ele não pode ir, onde o trabalhador não pode ir, então ele dá esse direito ao sindicato pra defender ele aonde ele não pode ir. Mais isso hoje não está acontecendo como se acontecia antigamente (MARCOS/2018).

A visão de Marcos está voltada para o sindicalismo intervencionista e confrontacionista, muito por conta do período histórico de intensas lutas sindicais que ainda se perpetuavam no momento de sua inserção no campo participativo:

Naquele tempo o sindicato defendia a categoria com gosto, com vontade, com gás, não é hoje, tá me entendendo? (MARCOS/2018).

Marcos fez parte do momento de quebra de paradigmas em que os movimentos sociais estavam fortalecidos e participantes no processo de reestruturação democrática. Conforme Antunes e Silva (2015), nesse período histórico o país esteve à frente das lutas sociais e sindicais, sendo a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, a luta pelas eleições diretas, a eclosão de quatro greves gerais ao longo da década, entre outros acontecimentos, exemplos da força das lutas daquela época. Entretanto, os autores apontam que a partir do final da década de 1980 mudanças que resignificaram o mundo do trabalho, seguindo exigências de cunho neoliberal, influenciaram os movimentos populares e sindicais, estes sofreram desde então novas ondas regressivas.

Um sindicato na realidade ele foi criado, pra dar suporte ao trabalhador né, por seus direitos, [...] e o sindicato foi criado para dar esse apoio, esse amparo né politicamente ao trabalhador né, pra que ele cresça pra que tenha seus direitos observados e adquiridos mais que também ele cumpra com seus deveres, [...] mais prioritariamente ele se preocupa na vida do trabalhador dentro da sua empresa. Eu acho importante, é de grande ajuda porque por mais bom servidor que você seja o patrão também tem a proposta dele, ele tem o sindicato patronal que não puxa pra você, puxa pra o patrão né, e já o sindicato do trabalhador, ele também vem com outro olhar, ai ele vem olhando a trajetória no seu emprego, mais também, ele tem que tá, o que é que a empresa oferece em relação a sua saúde, ao seu bem estar do trabalho né, ao seu salário, que uma das coisas mais importantes do sindicato que é a negociação, o percentual [...] (RITA/2018).

O sindicato na visão de Rita é aquele que ampara o trabalhador e que negocia melhores condições de trabalho com o patronato. Essa visão está muito atrelada ao denominado novo sindicalismo, que surgiu no final da década de 1970 e promoveu mudanças significativas na cultura sindical e política brasileira ao instituir novas práticas, mecanismos e instituições. Paulatinamente práticas de caráter confrontacionista, ainda que parcialmente, foram sendo substituídas por novas práticas baseadas em parcerias, negociações e incentivo aos pactos sindicais (Antunes Silva, 2015).

As consequências dessas mudanças da prática sindical, além de fetichizar a negociação, transforma os dirigentes em novos gestores que encontram na estrutura sindical formas de instituir vantagens voltadas

prioritariamente para questões burocráticas (benefícios, planos, descontos etc.). Isso alterou o destinatário do discurso sindical que foi deslocando de um sindicalismo de classe para um sindicalismo cidadão (Antunes Silva, 2015).

O futuro do sindicalismo no Brasil ainda é algo nebuloso, visto a conjuntura em que se encontra atualmente. Entretanto, os/as velhos/as e para os/as novos/as trabalhadores/as têm empreendidos movimentos e lutas de resistência, o que torna instâncias de participação como os sindicatos imprescindíveis para a manutenção e defesa da democracia no país.

4.3.2 PERCEPÇÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES DE APOSENTADOS.

Já as associações, em seus primórdios “formam a base dos principais conceitos que sustentam perspectivas alternativas ou renovadoras de democracia, seja por desempenharem funções de cooperação com os governos, por ampliarem espaços de representação política e/ou contestarem padrões culturais e institucionais” (Almeida et. al. 2012).

As associações profissionais, *campo associativo* pesquisado neste trabalho, são um campo numericamente expressivo no Brasil, na pesquisa de Ganaça (2006), por exemplo, aponta a existência de aproximadamente 16.151 entidades. Foram inicialmente caracterizados como formas encontradas, pelas classes médias, para abertura de canais de participação política. Denominadas também como organizações semi-sindicais, promovem a mobilização de um determinado segmento ocupacional e expressam um impulso autonomista em relação à estrutura corporativista oficial (Ganaça, 2006).

Atualmente a adesão em associações profissionais têm caminhado para a promoção de práticas de lazer e benefícios como excursões, descontos, convênios, artesanatos etc. inclusive as próprias instituições têm investido nisso, estrategicamente, sabendo que potencializam a adesão de novos/as membros/as. Essas práticas, entretanto, contribuem de um lado, mas podem ser prejudiciais do outro. Isso porque, ações como essas podem confundir às práticas da associação com as de um clube de benefícios ou algo parecido, sendo necessárias ações que articulam com seus integrantes maneiras de

ampliar condições que promovam reflexões a nível individual e coletivo visando politizar os espaços e instrumentalizar seus participantes.

No trabalho de Coutrim (1988), a promoção de convênios médicos em associações, por exemplo, é compreendida enquanto uma medida assistencialista adotada pela diretoria para engajar a maioria dos/das associados/as.

Após uma análise mais detalhada, a autora não descarta as percepções iniciais, porém conclui que ações como essas podem ser encaradas como uma forma de resistência dos/as aposentados/as com baixo poder aquisitivo, sendo a partir das associações uma forma de acessar serviços, geralmente privados, que muitos não teriam condições de adentrar. Entretanto, ações como essas tendem a deslegitimar o serviço público, supervalorizando serviços privados, o que desconsidera direitos que foram conquistados por meio de lutas e que necessitam ser defendidos coletivamente.

Pra mim uma associação é uma instituição juridicamente reconhecida que une pessoas em prol dum objetivo comum. [...] Eu acho de que, pra mim a importância da associação é: É mais fácil você está trabalhando em conjunto do que só. [...] Então a importância pra mim é de você estar engajado, ajudando e se ajudando, porque você recebe a influência do outro mais você também influência o outro e eu acho que, mesmo você estando aposentado você não pode perder o foco da sua essência, da sua vida, e nada como uma vida partilhada. A gente não vai a lugar nenhum quando a gente se isola (DIRLENE/2018).

[...] A associação ela já tem uma situação e uma atuação menor do que a do sindicato, [...] mais nós não podemos cobrar nada, a gente só faz pedir e receber o apoio, então, por exemplo, essa sede, é um apoio da [Instituição X], mais nos fizemos um projeto, a gente não paga né, a luz, o telefone, a [Instituição X] impera pra gente, o material, a [Instituição X] impera, mais dentro de uma parceria, então jamais eu vou chegar pra o presidente da [Instituição X] e questionar o plano, "Ah porque o plano é assim, assim", não, o que tiver de vir para a Associação a nível da [Instituição X] vem de cima pra baixo, porque nós somos parceiros e somos oriundos deles, entendeu? Então nós não temos essa liberdade, [...] a associação não é autônoma como o sindicato, [...] (Sobre sua importância) É muito porque, [...] você congregou, você integra seus ex-colegas né, [...] são pessoas que não estão à margem, tá lá aposentada já morreu, não, você tá dentro do contexto do Brasil, porque você tá aqui, você discute, você dá a sua opinião, você participa [...] além de também você ter um objetivo que é trocar experiências e integrar

[...]. Então é muito importante um aposentado estar dentro de qualquer associação, é muito bom (RITA/2018).

Na visão das entrevistadas as associações envolvem noções de participação coletiva, interação interpessoal, relações hierárquicas e estruturadas, pois, nos casos acima tratam-se de associações profissionais, portanto, sujeitas aos ditames empresariais. Tais relações podem contribuir para a inibição de determinados posicionamentos e/ou desestimular ações em prol de um objetivo que vai contra as orientações institucionais ao qual estão submetidas. Isso porque, ao estarem subordinadas financeiramente a tais instituições, estas acabam por incorporar conceitos, valores e posicionamentos predeterminados hierarquicamente.

O estudo de Almeida (2013) sobre associações profissionais em Portugal mostra-nos que o controle do poder organizacional surge como uma condição para que as elites, de uma dada profissão, possam manter privilégios e hegemonia dos valores que defendem, o que faz com que a direção da associação surja mais como o dono do que como servidor dos associados.

O contexto brasileiro não diverge muito do apresentado conforme vimos no depoimento de Rita. Relações de poder e mecanismos de controle social têm sido estratégias adotadas por algumas associações profissionais e que tem como objetivo assegurar a continuidade de um projeto profissional coletivo, mas que ocultam complexidades organizacionais que podem servir como instrumentos de manipulação de massas (Almeida, 2013).

Tanto na fala de Rita quanto na de Dirlene pode-se observar que a participação em associações representa estratégias para continuar convivendo coletivamente e como uma forma de não se isolar. Percebe-se a partir desses relatos que a fase da velhice ainda trás a solidão como consequência eminente, sendo também esses espaços participativos formas de negar papéis socialmente predeterminados.

Apesar dos entraves e desafios postos a essa forma organizativa de associação, estar participando representa novas formas de vivenciar a velhice que incluem a autonomia e o protagonismo social, representando também estratégias de resistência e oposição aos padrões sociais.

4.3.3 A PARTICIPAÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES.

Observa-se a partir da análise das entrevistas que a participação, nas organizações citadas, tem proporcionado diversos benefícios no plano individual, dos mais expressivos destacam-se: forte sentimento de pertencimento, promoção das relações interpessoais, a autonomia e legitimação da fala. O que reitera a necessidade e importância de estratégias de ampliação de espaços de participação, visando à inclusão de uma parcela da sociedade que permanece não incluída.

Todos/as os/as entrevistados/as relataram sentir-se representados/as enquanto idosos/as nas associações e/ou sindicatos em que fazem parte. Ao perguntar sobre a importância da participação e a motivação de estar nessas instâncias obtivemos a seguinte resposta:

Porque eu acho que também aqui me dá qualidade e me dá vitalidade. Me faz eu me sentir cada vez mais plena. Uma pessoa plena. Eu acho que só o fato de saber que eu acordei e que eu vou pra uma associação e que lá eu vou discutir, eu vou manter minha vida ativa, eu vou poder reivindicar eu vou poder fazer algo, eu vou poder inovar, eu acho que a associação instiga a minha mente também, não é só isso, é o benefício que ela trás pra mim também, pessoal, eu acho que na hora 'H' que a gente tem o estatuto que a gente descobre que a gente pode atualizar esse estatuto pra ser melhor e que eu sento que eu discuto com as minhas companheiras, que eu vou em busca do que tá acontecendo, o que que houve no código civil que eu não tô me adaptando, o que é que houve, que foi dito que a gente discute as questões porque as questões políticas ela tá me instigando a manter a minha vitalidade. Porque eu vou abandonar isso? Pra ficar em casa o que? Fazendo o que? Cuida de neto não vai ser minha praia. Ficar na cozinha nunca foi, então eu só posso querer estar me sentindo, eu quero é tá sabendo, até porque quando você deixa de sair e fica em casa você vai começando a ter medo das coisas, e eu não quero ter medo das coisas, eu não quero ter medo das pessoas, eu não quero tá preocupada, dizer assim ,olha eu não vou sair porque eu tô com medo de ser assaltado e quando você fica muito em casa você passa a ter medo dessas coisas e eu não quero isso pra mim. Então pra mim a associação significa um espaço em que eu tenho voz é um espaço de que eu me identifico (DIRLENE/2018).

Na fala de Dirlene observa-se o que Naujorks e Silva (2016) afirmam sobre a delimitação da identidade social, sendo esta decorrente de relações

sociais e de grupos sociais que cada pessoa participa, para isso, ela tem que envolver relações sociais, processos cognitivos e afetivos, indivíduos e coletividades e implica em processos de reconhecimento e diferenciação social.

A identidade “é uma construção social de significados, sentimentos, emoções associados ao autorreconhecimento e ao reconhecimento dos outros” (NAUJORKS E SILVA, 2016, p.139). Sendo assim, práticas que promovem uma identidade social, criam condições para uma identidade coletiva que é proveniente, porém não exclusiva, dos movimentos sociais.

Estar incluído nesses espaços tem significado a formação de uma identidade social e individual, quebra de papéis preestabelecidos e formas de resistência, sendo também canalizador de expectativas que contraditoriamente podem desaguar em concepções de cunho neoliberal, movimento que promove a autonomia dos sujeitos sem considerar fatores individuais, subjetivos, objetivos, sócioeconômicos, culturais, etc.

Além disso, mesmo que as instituições tenham práticas de lazer, resumir-se a isso pode contribuir para o enfraquecimento do potencial que cada associação/sindicato tem.

O fato de que ao promover atividades como essas captam mais associados/as tornam atividades políticas que buscam contribuir para emancipação e empoderamento de indivíduos um grande desafio a ser enfrentando. Porém não estão esgotadas as estratégias que podem ser usadas com vistas em politizar e potencializar a práxis de seus integrantes.

A experiência da participação deve ser livre de estigmas e concepções predefinidas. Para que assim seja, é necessário um esforço constante em reavaliar conceitos e práticas a partir de uma reflexão sobre si e sobre o todo, contudo, é necessário pontuar que o suporte teórico metodológico disponível é deficitário visto a invisibilidade que ainda sofrem essa parcela da sociedade mesmo no meio acadêmico e de produção científica.

4.3.4 FEASAPEB: PERCEPÇÕES PESSOAIS

Como dito anteriormente, todos/as os entrevistados/as ocupam cargos de diretoria junto aos órgãos pertencentes, sendo a relação com a FEASAPEB, centrada majoritariamente em questões administrativas. O que foi observado é que muitos órgãos filiaram-se e permanecem vinculados para ter representatividade, cobertura e reconhecimento institucional. Isso porque a FEASAPEB é um órgão representativo a nível Estadual e faz parte da COBAP, que é o órgão nacional centralizador das federações estaduais.

Destaco aqui o depoimento de Olívia, que é consoante a esse argumento, quando a mesma respondeu se estar filiada a FEASAPEB fortalece a Associação:

Não, eu sou franca em dizer e ela sabe [...], aqui é a folha de desconto, então nós enviamos praqui onde o desconto que é descontado é 25% no caso né, 12% fica aqui, 13% na confederação, então você vê a trajetória, então 75% volta pra entidade [...], então eu vejo hoje assim, ta no movimento é por um estar, ta no movimento é pra buscar melhorar, pra tentar buscar mais parceria, mais melhora do povo, mais no cotidiano nosso, você paga 5(cinco) mil, 4(quatro), a nossa associação quase 5 mil pra aqui e eu não vejo nada [...] (OLÍVIA/2018).

Ao detalhar os motivos da sua insatisfação Olívia continua:

[...] Eu acho que aqui eles têm que ter mais união, eu acho que eles têm que sentar respaldar a presidente, fazer um trabalho em conjunto pra poder vim mais associações e eles poder falar em conjunto em comum acordo (OLÍVIA/2018).

Por mais que todos/as os entrevistados/as tenham posicionado-se positivamente quanto à existência da FEASAPEB, avaliando-a como importante e necessária, relatando que se sentem representados enquanto idosos/as nela, houveram críticas sobre as expectativas que se tem de um órgão como esse:

Olha, eu vejo a FEASAPEB como uma instituição importante porque não adianta a gente ter várias associações cada uma [...] porque os objetivos específicos são diferentes de cada um, se não tiver um órgão que agregue. Mas também eu vejo de que às vezes a FEASAPEB esquece esse seu papel de agregador. E acho de que às vezes as pessoas esquecem que o meu objetivo, as minhas ideias pessoais não podem interferir no objetivo maior da instituição, então eu sinto que às vezes [...] está faltando uma maior cumplicidade da FEASAPEB, mais eu acho que isso não é

uma coisa que não vai poder mudar, eu acho também que às vezes a gente se acomoda e a gente permite que os outros às vezes perca o foco e a gente não faça nada porque às vezes não quer se dispor (DIRLENE/2018).

Infere-se, em uma análise inicial, que estar na FEASAPEB representa para esses órgãos mais uma relação de expectativas e prestação de contas do que de militância, vendo-a potencialmente como órgão centralizador que pode contribuir a partir dos limites de suas estruturas para o fortalecimento do movimento dos idosos do Estado da Bahia.

(Respondendo por que a FEASAPEB o representa) Porque ela me representa não é só pelo fato de eu ser [Cargo X], é pelo fato de eu ser aposentado e idoso, então ela tem a obrigação de me representar. Porque eu, desconta do meu salário para a associação e uma parte desse que desconta pra associação vem uma parte pra FEASAPEB e uma parte pra COPAB em Brasília. Então todas duas têm o direito de me representar onde for tá entendendo? (MARCOS/2018).

A FEASAPEB está num contexto de disputa de interesses, isso significa que em seu interior existem motivações diversas, o que não é incomum em movimentos sociais, entretanto, a falta de uma sincronicidade de posicionamentos normalmente provocam a polarização e conseqüente enfraquecimento do movimento visto num contexto geral.

[...] Eu já levei um pouco mais afastada da FEASAPEB até não me sentindo mais motivada a estar lá, hoje eu já vou. Quando eu vejo que as coisas estão... Não é como eu imagino, eu às vezes prefiro ficar calada e não emitir opinião, mas hoje eu já me sinto mais motivada porque eu vejo, no início isso me incomodava muito e hoje eu já vejo que tem muitas pessoas preocupadas com isso e eu acho que a gente vai chegar a uma retomada disso. Eu acho que hoje na FEASAPEB a gente vê muito a questão das questões pessoais, que eu gostaria que isso não fosse, que quando eu entrei na FEASAPEB não existia o “eu”, existia o “nosso” (DIRLENE/2018).

Refletindo a sociedade, por estarem inseridos em um contexto histórico, nesses espaços também ocorrem disputas de poder. Estas dão-se a partir de diversas perspectivas que abarcam questões de gênero, cor, raça/etnia, posicionamentos, lugar de fala, dentre outros fatores que impõe sobre as minorias sociais suas ideias e ideais.

Romper com hegemonias torna-se necessário para que o acesso à participação seja vivenciado de formas semelhantes, potencializando o caráter descentralizador que os movimentos de participação social trazem em sua essência.

A importância do movimento dos aposentados é incontestável, em sua história de lutas angariou importantes conquistas para a categoria, mas não tem se preocupado com questões muito atuais e que estão a exigir das organizações dos trabalhadores um tratamento mais amplo para essa nova realidade que a velhice vai impondo (MACHADO, 2007, p.229).

Algumas exigências, quando postas em prática, podem limitar os/as idosos/as a permanecerem categorizados etariamente, os posicionamentos frente a essas exigências delimitam o quão subordinados serão frente às expectativas postas. A existência dos movimentos sociais como instâncias que tornam público os debates que contribuem para quebra de paradigmas é de tamanha importância numa sociedade democrática e participativa.

Os movimentos sociais trazem ao público questões soterradas pela negligência, preconceito, ódio, intolerância etc. e tem sido uma das bases, mesmo diante de tantos desafios, para a elaboração de políticas públicas que mais se aproximam das questões sociais e suas complexidades.

Promover debates e abrir espaços em que todos/as tenham voz podem ser estratégias para que haja um melhor entendimento entre seus integrantes, além da necessidade de tornar público questionamentos e insatisfações, pois, por meio dos depoimentos colhidos observa-se que muitas questões não são publicizadas, tornando as práticas em conjunto conflituosas e até desgastantes.

Uma das surpresas neste trabalho foi à participação de Olívia na FEASAPEB. Quando ela começou a participar do movimento tinha pouco mais de trinta anos de idade. Atualmente com 54 (Cinquenta e Quatro) anos, completa-se 19 (Dezenove) anos de sua participação junto a FEASAPEB.

[...] O que me sensibilizou a entrar no movimento, pra você vê com 32 (Trinta e Dois) anos de idade foi ver muito sofrimento da parte deles, ninguém queria nem aceitar na época que eu me empreitei presidente sem ser aposentada sem ser nada, simplesmente eu trabalhava [no projeto X] [...] (OLÍVIA/2018).

O que nos mostra que o movimento dos aposentados, materializados na FEASAPEB, possui uma estrutura dinâmica e a partir dos relatos da entrevistada, não taxativa quanto à idade para a participação. Em sua fala Olívia diz ter recebido apoio do órgão desde o início. De fato, os demais participantes têm idade acima dos 60 (Sessenta) anos, mas se sensibilizar com a causa e unir forças em prol de direitos como a previdência social torna essa luta como eles e elas mesmo dizem, uma luta de todos/as nós. Romper com esses limites trás a responsabilidade pra perto e propõe estratégias que abarcam intervenções intergeracionais.

No dia 24 (Vinte e Quatro) de Janeiro de 2018, qual é considerado o Dia do aposentado, estive presente em uma manifestação, orquestrada pela FEASAPEB na cidade de Salvador, que em suas pautas reivindicatórias estavam à defesa da previdência social e o repúdio aos retrocessos. Nesse dia pude notar a participação dos/das idosos/as, mas também, ainda que número reduzido, de pessoas com idades diversas. Esse fato nos mostra que é possível um maior envolvimento entre gerações visando o fortalecimento do movimento e uma maior legitimidade quanto às suas pautas.

4.3.5 PARTICIPAÇÃO PARA POUCOS?

Nas entrevistas nenhum dos/das idosos/as entrevistados/as relatou ter tido dificuldades quando perguntado se a situação financeira destes já havia os prejudicado a participar da militância. São pessoas que tiveram empregos fixos e estáveis tomando por base que todos/as eles/as trabalharam a maior parte de suas carreiras profissionais na mesma empresa.

Verifica-se que, permanece de fora desses espaços um enorme contingente de idosos/as que trabalharam e/ou continuam trabalhando na informalidade ou que não tiveram empregos estáveis e/ou regulamentados, diante disso, normalmente não são participantes de nenhum órgão organizativo. Estes e outros motivos podem ser os fatores que vem contribuindo para a ausência de tantas pessoas em instâncias participativas.

[...] Quando nós vamos fazer uma manifestação aqui em defesa da previdência, em prol dos aposentados, bota em rádio, bota em televisão, convida, aqui na Bahia são mais de 3 (três)

milhões de aposentados, mais, muito mais, quando chega lá tem 30 (trinta) pessoas, geralmente só tem diretoria, a diretoria daqui, a diretoria do sindicato, e não tem como resolver a situação, porque pro governo, o governo não quer saber de qualidade, o governo quer saber de quantidade, quanto mais gente amedronta ele, eles nem esquentam tá me entendendo? [...] a gente não consegue botar 1.000 (hum mil), nem 500 (quinhentos) aposentados, fica complicado, nós vamos pra Brasília faz até vergonha, chega lá tem 100 (cem) pessoas [...] na rua gritando aí só basta a cavalaria de lá, tira todo mundo da rua (risos) (MARCOS/2018).

Se um dos pré-requisitos para a participação ativa na FEASAPEB é ser filiado/a através de uma Associação ou Sindicato participante, logo, esse espaço é limitado à poucos. A divulgação em meios midiáticos, talvez, não venha surtindo o efeito esperado justamente porque os/as idosos/as convidados/as para os ajuntamentos não estão instrumentalizados suficientemente para entender que essa ação contribuirá para a ampliação de políticas de seguridade social e/ou para a defesa de leis já preestabelecidas como a PNI e o Estatuto do Idoso. Diante disso, novas estratégias de inclusão tornam-se necessárias para que os espaços de discussão e de participação sejam abertos também para a população idosa local.

A FEASAPEB não é o único espaço que unifica entidades e promove participação e mobilização social disponível na Bahia, existindo também o Conselho Municipal do Idoso de Salvador, que na análise de Azevedo (2010) ainda carrega características de cunho opressor visto as hierarquias vigentes no período de sua análise, o Fórum Permanente em Defesa do Idoso em Salvador que articulam outras entidades e grupos que lidam com idosos/as, mas que na análise da mesma autora centram suas atividades baseadas na lógica da “nova imagem da velhice ativa”, e os Grupos de Convivência de Idosos/as que, comparado aos outros representa um avanço para o movimento a respeito da superação das desigualdades de gênero por seus/as participantes serem majoritariamente compostos por mulheres e tendo grande participação de pessoas de camadas populares (Azevedo, 2013).

Diante disso, a proposta da ampliação de espaços que promovam a desconstrução e politização de seus participantes visando o fortalecimento de suas atuações junto aos movimentos em defesa do/a idoso/a torna-se um desafio a ser enfrentado.

Outro fator que dificulta a atuação de idosos/as em instâncias de participação é a invisibilidade dada pelos demais movimentos sociais que normalmente não trazem pautas que abarquem a velhice.

Ser velho/a não soterra as demais características e complexidades que cada um carrega, pelo contrário, o que normalmente acontece para aqueles/as que se encontram numa situação de vulnerabilidades socioeconômicas é o aprofundamento de diversas formas de exploração e fragilização social devido às condições estruturais, biológicas, pela falta de direitos ou pelas negligências destas em sua implementação.

Sobre se sentir representado/a em outros movimentos sociais obtivemos o seguinte depoimento:

Não, porque eu acho que também existe essa questão. Os segmentos ainda não tem a clara evidência que nós somos um país de idoso e sempre que pode o idoso é colocado em segundo plano. Porque se fosse em primeiro plano, até mesmo os trabalhadores da ativa, porque é que eles deveriam lutar para que o aumento, um maior percentual para o aposentado, porque depende disso o futuro dele, mais não existe isso, o 'eu' ainda é muito voltado para o presente, o que passou, o idoso, com raríssimas exceções (DIRLENE/2018).

A consequência da negligência por parte desses movimentos é a provável retração de pessoas que são contempladas nesses espaços participativos, mas que ainda não tem voz e nem lugar de fala.

Todavia, como nossas explorações estão canalizadas no órgão da FEASAPEB e a pesquisa não comporta uma execução a nível macro, nos deteremos em analisá-la compreendendo os limites postos, porém, visando obter a partir deste recorte um melhor entendimento sobre o assunto proposto.

4.3.6 A MULHER IDOSA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Nessa parte do trabalho pretendemos abordar brevemente algumas perspectivas da participação feminina a partir dos relatos coletados, identificando algumas complexidades da participação política através do recorte de gênero.

A respeito das mulheres entrevistadas, uma se identifica como parda e duas como negras, ocupam a centralidade no seio familiar e são solteiras. Percebemos, previamente, a partir dos depoimentos que o ato de estar participando simboliza ter posicionamentos contrários aos preestabelecidos numa visão patriarcal, no caso de Olívia, por exemplo, seu cônjuge a deixou assim que a mesma decidiu participar mais ativamente da Associação.

No estudo de Azevedo (2013), podemos observar que os últimos anos são marcados por mudanças significativas a respeito da posição das idosas na família e na sociedade, muito por conta da ampliação de políticas previdenciárias com a CF/88. A condição da mulher na velhice tem melhorado, de uma condição de dependência passaram à provedoras em seus domicílios.

Conforme Cappellin (2008), as mulheres tiveram forte participação na emergência do novo sindicalismo, seja nas greves ou na tentativa de ampliar as reivindicações trabalhistas, passando a ser atrizes nesse processo de emancipação da classe trabalhadora. Neste contexto, essas começaram a ocupar os cargos diretivos, muito por conta do fortalecimento do movimento feminista na década de 1970, movimento que deu visibilidade a causa da mulher bem como as negligências por elas vivenciadas, contribuindo para mudanças institucionais e estruturais, no que concerne às estruturas familiares e sociais.

Todavia, de acordo com Motta (2011) as pautas das mulheres idosas ainda ficaram de fora o movimento feminista no qual a ênfase maior era dada para as jovens mulheres, sendo que esta característica ainda observada na contemporaneidade.

No estudo feito com mulheres idosas que compõem os grupos de convivência de idosos/as de Salvador, Azevedo (2013) considera a mobilização de mulheres nessa etapa da vida um momento fundamental e importante em suas histórias. Isso porque delas foram negados a vivência nos espaços públicos de decisão política pelas implicações de gênero. Sendo a ampliação dos benefícios de proteção social condição primordial que contribui para a autonomia da mulher idosa e seu empoderamento.

As discussões dos temas que caracterizam as tramas das decisões sociais e dinamizam o mundo público estavam ausentes do espaço domiciliar ao qual se confinavam. Participar

da luta política, tendo em vista a ampliação do movimento dos aposentados, pensionistas e idosos em Salvador e consequente (re)afirmação da sua autonomia e identidade coletiva, constitui uma novidade na experiência de vida das mulheres, especialmente aquelas das camadas populares [...] (AZEVEDO, 2013, p.2).

Como observado anteriormente, todas as mulheres entrevistadas possuem uma situação socioeconômica estável e considerando o trabalho de Azevedo (2013), em que as participantes dos grupos de convivência de idosos/as de Salvador são majoritariamente de camadas populares, fica evidenciado uma estratificação social por grupos pertencentes.

Contudo, a ideologia de gênero rompe as barreiras econômicas e sociais revelando-se no cotidiano de pessoas provenientes de camadas sociais distintas como podemos ver a partir do seguinte relato:

[...] Eles confrontam com a presidente deles que é mulher, eles não aceitam, eu vejo aqui é, lá na minha região eles me respeitam porque eu chego e enquadro, eu não tenho esse negócio de (...) a pessoa fala eu: “cala a boca, não é a sua vez, fala você, fala você”; trato todo mundo assim, tem que ter pulso, eu não aceito eles me desacatarem em plena reunião e aqui eles não respeitam, não passa pra ela, não dá satisfação do que tá acontecendo, como se eles fossem autônomos deles mesmos próprio, que eles podem decidir e não tem ninguém pra puder guiar, [...] aqui ela que é a presidente, então você tem que passar, então se ela delegou pra você, você vai fazer isso aqui [...] (OLÍVIA/2018).

Olívia relata em seu depoimento como os homens, participantes da FEASAPEB, agem sendo subordinados à uma presidenta mulher, além disso, em sua fala identifica-se algo presente em todos os depoimentos das mulheres, que é a verbalização de posicionamentos que mostram quais estratégias são usadas por estas para se impor em um ambiente que exista a presença majoritária masculina.

Estar presente em um espaço que há pouco tempo era acessível somente para homens torna a presença feminina um ato de resistência. Veremos posicionamentos semelhantes relatados no artigo de Pinto (2014) quando a mesma analisa a história da primeira deputada estadual reeleita no Estado do Rio Grande do Sul cinco vezes seguidas:

Uma mulher chegando a um parlamento majoritariamente masculino pode, em uma sociedade tradicional, sexista, sem tradição de luta feminista, retrair a sua condição de mulher para melhor sobreviver no campo. Mas esta mesma mulher, se em uma condição específica tiver o apoio da categoria de trabalhadores do sexo feminino ou de um movimento feminista, poderá agir como um ponto avançado na ideia de direitos das mulheres (p. 571).

Foi observado que as mulheres estão mais presentes nas associações se comparado aos sindicatos, ao perguntar sobre o fato da presença masculina por vezes ser mais frequente nesses espaços, observamos os seguintes relatos:

Eu acho um erro tamanho, [...] homens são mais organizados são mais amigos, são mais passivos, as mulheres não são passivas, não são amigas, elas disputam o lugar, o espaço de cada uma, cê acredita, é triste mais tem que ter pé no chão, a verdade é essa (OLIVIA/2018).

Porque geralmente as mulheres não querem se envolver com isso, você convida muitas delas e elas não querem se envolver com isso (MARCOS/2018).

Identifica-se a partir dos relatos acima a culpabilização das mulheres pela ausência destas nos ambientes de participação política e até a supervalorização das “capacidades masculinas” se comparadas às femininas, evidenciando que questões preconcebidas ainda são consideradas como corretas nos espaços que contraditoriamente militam pela ampliação de direitos e participação dos/as idosos/as.

Há possivelmente uma ausência de aporte teórico que possibilite a ampliação do conhecimento sobre as questões estruturais e históricas das mulheres no Brasil e como esses espaços não as pertenciam, sendo imprescindíveis medidas que ampliem as condições de acolhimento para mulheres em espaços participativos e, semelhantemente faz-se necessárias à promoção de discussões e reflexões sobre as condições que ainda as tem retaliado.

As outras duas entrevistadas relataram observar a presença feminina de forma mais frequente no cenário político, consideramos que seus posicionamentos são feitos com base em suas vivências, já que as mesmas participam de associações, que por sua vez é composta majoritariamente por

mulheres. Todavia, ao perguntar se na FEASAPEB homens e mulheres são tratados de maneira igual obtemos o seguinte depoimento:

Não! Porque isso a gente vê. Eu tenho me debatido, na minha associação foi diferente como eu já disse, [...] as mulheres sempre tiveram na dianteira, mas na FEASAPEB, poucas só têm duas mulheres até hoje, em mais de 30 (Trinta) anos de existência que assumiram a presidência da FEASAPEB. Uma foi posta pra fora no meio do mandato e [Presidente X] que se perpetua até hoje. Na COBAP, eu acho que só teve uma mulher presidente até hoje, com mais de 30 (Trinta) anos, então, se você prestar atenção, na COBAP hoje, os cargos, as mulheres é uma ou duas na titularidade, no mais não é, é só homem, então a gente vê, que nesses segmentos ainda existe o machismo predominante. Você luta, no conselho deliberativo da COPAB eu sempre me debati por isso, a falta da mulher, chegou um ponto de ser criado uma secretaria da mulher e proporem um homem na direção, hoje você vê, quantas mulheres tem na presidência? Na direção da FEASAPEB? Poucas, então, existe diferença sim, os homens ainda são predominantes; mais a mulher também é culpada disso, porque as mulheres, na hora que vai pra os movimentos de rua, a predominância não é de homem, é de mulher, e o que a gente tem feito pra reverter isso? A gente tem aceitado isso com o comodismo (DIRLENE/2018).

O depoimento de Dirlene revela sua insatisfação quanto à ausência das mulheres nesses lugares. Em sua fala evidenciam-se relações de poder marcados por questões de gênero, para Motta (2011) “a mulher idosa é uma personagem em suspensão – ela não é posta de forma integral quase em nenhum lugar social. Inclusive na produção científica. Vejamos: O feminismo sempre a ignorou. No auge da militância política feminista e não-classista das décadas de 60 e 70, a conclamação pela *sisterhood* não deu vazão as diferenças de idade – éramos todas jovens, geração das filhas de nossas “atrasadas” mães” (p.71).

A inserção das mulheres nos espaços de participação política é um ato de contra-hegemonia, pois, militar nesses movimentos significa negar papéis sociais. Essas mulheres têm de lidar diariamente com retaliações vindas de praticamente todos os espaços, visto a não ocupação dos lugares que se esperam por parte destas. Já no caso da mulher idosa, observa-se além destas, outras tantas complexidades, visto que a maioria dessas mulheres ocupou espaços preestabelecidos por toda a vida e que na velhice decidem adentrar os espaços de manifestação popular.

Há um incentivo por parte da sociedade muito por conta da influência da promoção da “velhice ativa” a respeito dessas idosas nos espaços que promovam ao lazer, todavia, quando estas decidem por participar de movimentos de participação política, normalmente a misoginia, o sexismo e os preconceitos tendem a aparecer.

A opressão via hierarquização social tendem a desmotivar essas mulheres a estarem presentes, participar, opinar, se impor, discordar etc., sendo uma das consequências, na visão de Azevedo (2010), principalmente entre as mulheres idosas, a autodesvalorização, que não lhes permite confiança em si mesmas, visto que incorporam a avaliação que os dominantes fazem delas.

Tornando-se emergentes estratégias que facilitem a inserção de mulheres nesses espaços de participação política e que ampliem os debates acerca da condição da mulher, dando voz a estas e considerando suas demandas, evitando assim concepções e/ou posturas que as culpabilizem e/ou as condenem e de alguma forma as excluam novamente.

Seria interessante também que, além das questões já pautadas em suas demandas reivindicatórias, fossem também incluídas questões trazidas por mulheres idosas ao movimento dos/as idosos/as e aposentados/as do Estado da Bahia, legitimando suas falas e potencializando a visibilidade destas no cenário público.

4.3.7 ENVELHECER MILITANDO

A partir do caminho que já percorremos podemos afirmar que, apesar de desafiador, militar nos órgãos de participação tem promovido diversos benefícios a estes/as idosos/as e as influências em suas vidas práticas também são diversas, na maneira como se veem, como interpretam a realidade social e de que maneira interferem sobre ela, contemplando dimensões materiais, sociais, econômicas e culturais, que sofrem alterações diante das experiências vivenciadas diariamente em suas práticas nesses espaços.

Sobre a visão que os idosos/as entrevistados/as têm do que é ser velho observamos as seguintes pontuações:

Ser velho é quando você já não acredita em você é, como ser humano, você tá completamente desestimulado, sem esperança, aí você envelheceu. Porque enquanto você está vivo, você acredita que você pode e que você tem esperança, você não envelheceu. Eu acho que você envelhece quando você perde a esperança (DIRLENE/2018).

O que é ser velho? É aquilo que a pessoa nasceu se criou e depois vai ter que ficar velho (risos) não vai ter como escapar, vai ter que ficar velho. Já passou todas as partes da vida, ele nasceu, cresceu, foi adolescente, foi jovem, foi adulto e depois vai ter que ficar velho mesmo, não vai ter jeito (MARCOS/2018).

Pra mim, ser velho é uma consequência natural da vida né, e também é a aceitação, é você saber todos nós vamos chegar até lá se tivermos saúde e se Deus permitir é lógico né, porque cada um tem o seu momento, tem o seu período de vida, [...] O que é que você tem que ser como velho, você tem que se cuidar, tem que se gostar, e tem que reconhecer que aquele momento é o momento que aquele que não morreu antes vai chegar (RITA/2018).

Os depoimentos revelam como a percepção da velhice tem conotações diferentes para cada um/a. Na visão de Direne, ser velho é uma decisão pessoal, só se é velho/a quando o indivíduo não se encaixa em padrões de atividade constante, sendo esta uma percepção muito ligada aos ideais neoliberais, de produtividade, que, principalmente, nesses lugares participativos tem presença marcante, pois, promovem a autonomia e o protagonismo de seus associados/filiados. De fato, vivenciar a velhice ressignificando suas práticas diárias pode proporcionar uma nova visão de mundo para estes/as, entretanto, a imposição de um “novo perfil” de velhice traz em suas estruturas outras formas de padronizar etariamente indivíduos.

A visão de Marcos sobre velhice está ligada ao fator biológico, característica indissociável e inerente a todos os seres humanos, Rita trouxe uma perspectiva semelhante, entretanto, percebe-se características semelhantes aos que Dirlene trouxe, sobre ser um velho que não pode descuidar-se, refletindo uma visão de “velhice ativa e produtiva”, como dito anteriormente.

A forma como os idosos/as entrevistados ditam o seu próprio processo de envelhecimento faz-nos perceber mais características do que é ser velho em suas perspectivas conforme veremos, quando se perguntou como foi o

processo de envelhecimento para cada um/a e quais foram as principais mudanças vistas pelo olhar da sociedade:

Cê sabe que eu nem percebi? Pra mim eu tô jovem até hoje (risos) porque a pessoa só percebe que ele tá idoso quando ele tá velho quando ele tem problemas tá me entendendo? [...] (Sobre as mudanças) Bem, o que eu sinto hoje é que, essa semana eu fui passando no metrô aí dei a carteira, aí ele olhou, 49 (Quarenta e Nove), é a minha data de nascimento, perguntou: “O senhor com essa idade do senhor, o senhor é o idoso mais jovem que passa aqui.” Eu fiquei muito satisfeito. “Porque da sua idade que eu vejo passar aqui pelo amor de Deus! Mais o senhor não.” Então isso pra mim foi muito importante na vida tá me entendendo? Saber que eu estou envelhecendo mais não estou, aparentemente eu tô ficando normal (MARCOS/2018).

Olha, você sabe que tem horas que eu me olho assim, eu digo: “Eu não tenho essa idade”. Sinceramente, eu, pra mim é uma coisa tão natural, até porque eu vou aceitando as coisas que tenho, eu vou me adaptando, mas eu ainda não me vi deixando de fazer nada por causa desse estigma. [...] as pessoas até perguntam pra mim: “Você tem essa idade? não acredito.” Então a ficha ainda, a idade ainda não interferiu, até porque as pessoas não acreditam que eu tenho a idade que eu tenho (DIRLENE/2018).

No momento em que se propõe olhar a velhice vista de perto observamos diversos porquês, que justificam o não reconhecimento, por parte destes, a uma fase da vida estigmatizada. Percebemos uma visão que categoriza e divide os “velhos jovens” dos “velhos velhos”, impondo-lhes indiretamente o que Rozendo (2010) chama de “ditadura da jovialidade” que separa e classifica os produtivos/ativos e os não produtivos para sociedade capitalista contemporânea.

Nesse processo, a juventude perde conexão com um grupo etário específico, deixa de ser um estágio na vida para se transformar em valor, um bem a ser conquistado em qualquer idade, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas (DEBERT, 2012, p.21).

Estar vivenciando a fase da velhice de uma forma aceitável, nas suas próprias concepções, proporciona visões positivas sobre esta e sobre si mesmo/a, como podemos observar no relato de Rita, quando perguntado se para ela a velhice foi algo positivo:

A velhice? É, pra mim é, eu sempre pensei que nesse momento eu gostaria de estar assim, como estou, e trabalhei e estou o tempo todo nesse processo dizendo: “eu tenho que estar bem”, “eu tenho que estar participando”, eu curto da minha casa, eu passeio eu viajo, eu curto com meus sobrinhos [...], ai minha nora: “Quando eu crescer eu quero ficar assim igual à senhora, dona Rita” (RITA/2018).

Como dito anteriormente, a velhice na perspectiva da participação trás novos contornos para essa fase da vida, sendo vivenciada de maneiras singulares se comparadas às demais, apesar e que, conforme análise dos relatos, as pressões externas ainda tem um peso decisivo sobre o próprio olhar e sobre o que é estar bem, visto a aprovação por parte da sociedade mencionada nos depoimentos. Na visão de Rita podemos observar uma cobrança pessoal que a mesma impõe sobre si, e como em suas perspectivas aparentemente ela tem alcançado essas delimitações, há um sentimento de realização pessoal.

As implicações da chamada velhice bem sucedida, baseada em expectativas e na autonomia pessoal pode acarretar frustrações futuras diante das fragilidades biológicas e da coerção social, tornando-se ainda mais cruéis para aqueles/as que não se adequarem mais nesses padrões estabelecidos, pois,

se alguém não é ativo, não está envolvido em programas de rejuvenescimento, se vive a velhice no isolamento e na doença é porque não teve o comportamento adequado ao longo da vida, recusou a adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados e, portanto, não merece nenhum tipo de solidariedade (DEBERT, 2012, p,35).

Sobre perspectivas futuras, nenhum dos/as entrevistados/as demonstrou interesse em parar de participar das associações e/ou dos sindicatos. Também, observamos que alguns desses/as idosos/as repudiam a dependência por parte de familiares e/ou outrem conforme observado:

Como hoje eu penso, [...] mais eu vou lhe dizer, daqui a uns 5 (Cinco) ou 10 (Dez) anos [...] eu não quero ficar em casa, eu quero ir pra uma casa de idosos, eu tenho um salário que eu posso pagar, então eu não quero ser um peso pra ninguém e não é só por causa do peso não, mais eu não quero ficar num contexto que eu também me sinta bem, [...] eu quero um lugar,

um ambiente que todos estejam igual a mim e que se eu tiver bem, tiver lendo como eu to ainda, ainda vou servir de apoio [...] (RITA/2018).

A velhice a partir do contexto da “participação ativa” e do protagonismo contribui para que essas pessoas não queiram estar em um contexto de necessidade financeira, física ou emocional perante os outros, racionalizando o futuro, quanto mais independente possível.

Os/as entrevistados/as tiveram dificuldade em responder sobre de que maneira a participação política os/as influenciou no processo de envelhecimento, sendo que alguns/as não identificaram influências, outros/as direcionaram a resposta para as atividades realizadas e ainda outros/as que responderam sobre a convivência dentro dos espaços de participação, entretanto, ao decorrer dos depoimentos observa-se que suas falas sempre são direcionadas para suas vivências junto à coletividade, a forma como ressignificar ações diante dos demais afiliados/as ou associados/as com vistas em ampliar o debate sobre a temática dos direitos e da participação e a forma como estes/as lidam com determinadas ausências, visualizando o potencial do movimento e as formas de articular resistências, considerando as mais proeminentes.

Ao perguntarmos qual o motivo pelo qual continuam na militância, obtivemos os seguintes depoimentos:

É porque eu gosto do movimento. Eu adoro esse movimento (MARCOS/2018).

Pra me enriquecer e pra me manter como estou, viva. Viva, vivendo com qualidade e podendo ser útil. Eu acho importante, muito importante (RITA/2018).

Estar em um lugar que respeita e considera suas falas, em que são representados/as enquanto categoria própria, que frequentemente são consultados/as pelos órgãos governamentais no que concernem os direitos dos idosos/as sendo legitimados por estes, que promove novos meios de se viver a velhice, entre outros fatores, proporcionam sentimentos de realização pessoal e coletiva adquirindo pelos sistemas representativos do sujeito, estruturas de significado da identidade individual que contemplam a área pessoal, social e coletiva. Para Naujorks e Silva (2016), o autorreconhecimento identitário

militante é constituído pelas correspondências produzidas pelas três dimensões citadas acima.

A identidade militante é um fenômeno coletivo na medida em que se relaciona com os processos coletivos de pertencimento e as possibilidades da ação coletiva. A identidade militante é, também, um fenômeno individual, pois pressupõe que o pertencimento a coletividades deve se tornar um referente a ser individualmente apropriado. Assim, enquanto fenômeno singular, a identidade militante é produzida pelo autorreconhecimento realizado pelo indivíduo (NAUJORKS E SILVA, 2016, p. 148).

Entretanto, a sociedade carrega, ainda, estigmas que deslegitimam o movimento, qual tem em si a capacidade de abranger de forma mais ampla a causa do/a idoso/a, afirmando-o como sujeito de direito e publicizando suas demandas e pautas reivindicatórias. Sobre a visão dos/as entrevistados/as, referente à importância da participação política para a sociedade, obtivemos os seguintes relatos:

Eu acho que é importante, mais eu acho que nós vivemos numa sociedade que ainda não tem consciência dessa importância, esse é o grande problema. A gente continua sendo formiguinhas nesse trabalho é trabalho de formiguinha. [...] Você faz o movimento, quem vai lá? Pouquinho de gente, que as pessoas não vem e você vê pessoas ainda criticando porque você está, dizem: "Não tem o que fazer", "Vocês tão aí mesmo pra quê? isso não vai resolver nada". Não existe a consciência política, que a gente não resolveu porque a gente ainda não conseguiu unir forças suficientes (DIRLENE/2018).

A sociedade é formada de pessoas, pessoas que são trabalhadoras né, que são adultos, crianças e velhos, mais que tem uma participação no processo da sociedade como um todo, então se a sociedade, se nós mulheres e homens não tiver participando do contexto dessa sociedade quem vai responder nessa nação? Né? [...] Então a gente como ser humano, é preciso participar do processo do seu país, da sua cidade, da sua associação, do seu município, da sua rua [...] (RITA/2018).

Faz-se necessárias uma maior visibilidade do movimento perante a sociedade, entretanto, sem mecanismos que possibilitem ressignificar a velhice, desconstruindo antigos pressupostos, não será estabelecida uma cultura de compreensão da importância, sobre a intervenção nas decisões políticas, tal como, a importância do Movimento de Idosos e Aposentados, que reivindicam a ampliação de direitos que atingem a todos/as, enquanto cidadãos de direitos.

Entender as estruturas sociais perpetuantes, como as decisões governamentais nos atingem e quais as formas de resistir e lutar por mudanças pode contribuir para uma maior consciência de classe, tendo os movimentos sociais papel essencial na articulação com a sociedade e na construção de conceitos como cidadania, direitos, manifestação popular e movimentos sociais.

Atualmente, o movimento esquerdista encontra-se fragilizado e desmotivado, dado o cenário político contemporâneo, o que altera o modo como a sociedade visualiza os movimentos sociais, entretanto, não estão esgotadas as formas com as quais coletivamente pode-se atuar com vistas na emancipação individual e coletiva, sendo uma das estratégias estabelecer estudos que possibilitem teorias comprometidas com a sua práxis (Misoczky, et. al. 2008).

Na visão de Goirand (2009), é necessário observar o que as experiências anteriores, vivenciadas no ápice dos movimentos sociais, podem nos proporcionar, atentando “não só a identificação dos recursos e estratégias mobilizadas pelos atores, a observação das práticas da contestação, a análise das lógicas das organizações, como também um olhar na direção das trajetórias militantes, da reconstituição do espaço social e político ocupado pelos movimentos - perspectivas necessárias para renovar nossa abordagem dos movimentos sociais da América Latina” (p.345).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia apresentada objetivou a análise da participação política na velhice e suas complexidades vista sobre a perspectiva dos/as idosos/as militantes do Movimento de Idosos e aposentados pertencentes a associações e/ou sindicatos filiados à Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado da Bahia (FEASAPEB).

Essa pesquisa constitui importante contribuição acadêmica para a desconstrução do pensamento estigmatizado sobre o/a velho/a e sobre formas de se viver a velhice, a partir da apresentação da trajetória dos/as idosos/as participantes do movimento, da delimitação das experiências vividas e a publicização da importância do movimento enquanto representante da causa do/a idoso/a.

Este trabalho é um instrumento de ampliação do conhecimento sobre a temática para o Serviço Social, pois, vivemos em um contexto de desmonte de direitos e do sistema de seguridade social o que mostra a ausência do Estado e um novo posicionamento do/a idoso/a frente às negligências vivenciadas que evidenciam novas formas de resistências.

O estudo colaborou para a ampliação do entendimento sobre a velhice numa perspectiva histórica, ratificando a importância de uma prática politizada e consciente, visto que no campo profissional no qual o/a assistente social atua, normalmente, uma considerável parte dos/as usuários/as atendidos/as são constituídos de idosos/as e, se estes/as profissionais não estiverem instrumentalizados/as tenderão a reproduzir os preconceitos e estigmas relacionados a essa parcela da sociedade, salvo se este/a adotar os devidos cuidados teórico-metodológicos, para evitar cair nas armadilhas da representação caótica do todo, com vistas no aprimoramento intelectual e na qualidade dos serviços prestados à população com a qual estamos comprometidos/as (Paiva, 2014).

O código de Ética do/a assistente social estabelece como um dos princípios fundamentais da profissão a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo, como também a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política

e da riqueza socialmente produzida e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 2012).

Inclusive, um dos direitos do/a assistente social, conforme mesmo documento, é “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 2012). E conforme a lei nº 8.662/93 Art. 4º inciso IX, constitui-se competência do/a assistente social prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas públicas, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

Nessa inserção os profissionais do Serviço Social não só contribuem com essas organizações, mas também revitaliza a sua *práxis* e seu compromisso social. Isso porque ao longo dos anos, essa categoria profissional corrobora com uma intervenção de forma a interferir com mudanças nas relações capital X trabalho, posicionando a favor da classe trabalhadora, das organizações da sociedade civil, na criação de associações de moradores, de produção, de cooperativas, de grupos de mulheres, de crianças, de idosos, sindicatos, entre outros, com perspectivas de inclusão social; meio ambiente saudável e contra a discriminação social (SOUZA e CASTRO, 2013).

De fato, o código que direciona a atuação profissional dos/as assistentes sociais é bastante enfático em seu posicionamento contra todas as formas de discriminação e ao incentivo de se construir coletivamente meios que contribuam para a emancipação da sociedade, visando o processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, (conforme o princípio VII do código de ética). Cabendo ao profissional debruçar sobre as bases já existentes e as novas, assim como esta, que estão sendo produzidas e que nos proporcionam um novo olhar sobre questões postas no cotidiano profissional e que baseada em um aprofundamento teórico resultará em novas formas de se compreender a população usuária e conseqüentemente a ação destinada a está no momento da prática profissional.

Diante disso, a articulação do Serviço Social junto aos movimentos sociais contribui para o fortalecimento destes e sua assessoria solidifica o discurso das massas. Lopes e Santana (2017) salientam que é necessário o

conhecimento sobre a ideologia da causa visando à emancipação de seus/as participantes, além de suas estratégias e táticas. Nesse sentido, esse trabalho constitui-se como agregador para o movimento dos idosos, pois, amplia o entendimento sobre a temática e suas formas organizativas.

A pesquisa considerou a ampliação das perspectivas atuais sobre a participação social na velhice, trazendo para o debate, a ampliação das formas de acesso em espaços de participação para idosos/as, principalmente das classes populares, que são os/as mais afetados/as pela ausência de direitos e pela imposição de papéis sociais preestabelecidos; a ampliação de debates acerca de questões de gênero traçando caminhos para o autoconhecimento e contribuindo para a desconstrução de antigos pressupostos e considerou também como estratégias coletivas do movimento dos/as idosos/as estabelecer estudos que possibilitem teorias comprometidas com a sua práxis, observando as experiências passadas e traçando metas para o futuro entendendo seu papel diante de uma sociedade democrática.

Entendo a importância da FEASAPEB como órgão que centraliza entidades e tem um grande potencial de articular estratégias junto aos seus filiados visando à ampliação e o fortalecimento do movimento dos idosos, aposentados e pensionistas do Estado da Bahia.

O movimento dos/as idosos/as configura-se como agente transformador, pois, potencializam o “discurso de uma nova cultura social, questionando os critérios de distribuição de poder e renda; propondo uma democracia representativa, reagindo contrariamente às formas de centralização e exclusão e defendendo uma postura de autonomia e de gestão” (LOPES e SANTANA, 2017, p.92).

Conclui-se que, a velhice sofreu transformações ao longo dos anos, criando um ideal de idoso/a “ativo/a e produtivo/a” através de influências de cunho neoliberal, que desconsidera fatores subjetivos, objetivos e estruturais de uma parcela da sociedade. Esse fenômeno tem como pano de fundo a desresponsabilização por parte do Estado, por meio da ausência ou do sucateamento de políticas públicas. Quando os espaços de participação promovem a autonomia de seus/as participantes, podem sorrateiramente contribuir para a reafirmação de papéis sociais preestabelecidos, sendo

necessárias promoções de constantes debates que reafirmem o caráter político do movimento e que promovam reflexões acerca do assunto.

Comprovou-se que a participação dos/as idosos/as em associações e sindicatos tem contribuído para formação de uma identidade social e individual, sendo promotora de fatores que contribuem para a realização pessoal, pois suas estruturas legitimam a autonomia e as ações coletivas.

Torna-se necessário um empenho maior por parte da academia na promoção de pesquisas e estudos sobre o assunto com vistas em ampliar o debate, subsidiar ações e fortalecer as práticas coletivas.

Para além das ficções é necessário olhar para a velhice considerando suas múltiplas formas e complexidades, entendendo que ela não é a mesma para todas as pessoas, desvinculando-se então de uma imagem engessada e homogeneizada, pois, a velhice está presente em todos/as nós no sentido que caminhamos em direção a ela a cada dia que passa.

Concluo então esse trabalho com a afirmação de Debert (2012, p.253):

Como já disse um poeta: “as ficções estão dadas, nosso papel é inventar a realidade”.

6 REFERÊNCIAS

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**. São Paulo, n.76 p.49-86, 2009.

ALMEIDA, A. J. O papel do associativismo profissional no quadro da profissionalização da gestão de recursos humanos em Portugal. MARQUES, A. P. et. al. (coord.) in: **Trabalhos, organizações e profissões**: Recomposições conceptuais e desafios empíricos. Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 2013.

ALMEIDA, C. LUCHMANN, L. RIBEIRO, E. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília-DF n.8, p.237-263, Mai./Ago.2012.

ANDRADE, M. A. R. Estigma e Velhice: ensaios sobre a manipulação da idade deteriorada. **Revista Kairós Gerontologia**. São Paulo, 14 (1), p. 79-97, Mar. 2011.

ANTUNES, R. **Os Sentidos Trabalhos**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Biotempo, 2009.

_____. **O que é sindicalismo**. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. SILVA, J.B. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador, v.28, n.75, p. 453-456, Set./Dez. 2015.

AZEVEDO, E. L. **Um palco de múltiplas vozes**: A nova invenção dos/as idosos/as em luta pela cidadania. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Tese de doutoramento. BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social em Sociedade**. São Paulo, n.106, p.205-2018, Abr./Jun. 2011.

_____. As mulheres idosas também fazem história na política. **Revista feminismos**. 1 ed. Jan./Abr. 2013.

BARROS, M. M. L. Trajetória dos Estudos de Velhice no Brasil. **Sociologia, problemas e práticas**. n.52 p.109-132, 2006.

BARROS, Melina Sampaio de Ramos. **Participação política e Política Nacional do Idoso**: um estudo sobre a participação da Sociedade Civil no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2017.

BAIRROS, L. Mulher Negra e Feminismo. In: **O feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. COSTA, A. A. SARDENBERG, C. M. B.

(orgs.), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador UFBA, 2008.

BEAUVOIR, S. **A Velhice**. A realidade Incômoda. Livro I. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional do Idoso**. Lei Nº 8.842, de Janeiro de 1994. 1º Ed. Brasília, 2010.

_____. Lei nº 8.662 de 7 Jun. 1993. **Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm> Acesso em: 29 Nov. 2018.

_____. **Constituição Federal**. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 Mar.2017.

_____. Lei de Nº 10.471, de 1º de Outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 07 Jan. 2017.

_____. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 10º ed. ver e atual. – Brasília – DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Dados Sobre o Envelhecimento no Brasil**. Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Promoção Defesa dos Direitos Humanos. Brasília-DF, [ca.2012]. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhementonoBrasil.pdf>> Acesso em: 18 Mar. 2017.

_____. **Doenças Relacionadas ao Trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por DIAS, E. C.; colaboradores ALMEIDA I. M. et al. – Brasília - DF, 2001.

CAMARANO, A. A.; e. al. **Famílias: Espaço de Compartilhamento de Recursos e Vulnerabilidades**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_12_Cap_05_rachura.pdf>. Acesso em 20 Mar. 2017.

CAPPELLIN, P. Feminismo e Movimento Sindical. In: **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. COSTA, A. A. SARDENBERG, C. M. B. (orgs.), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. UFBA. Salvador, 2008.

CARDOSO, A. **Os sindicatos no Brasil**. IPEA, Mercado de Trabalho, 2014.

COCKELL, F. F. Idosos aposentados no mercado de trabalho informal: trajetórias ocupacionais na construção civil. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v.26, n.2, p. 461-471, Ago. 2014.

COUTRIM, R. M. E. **Envelhecimento e Resistência**: um estudo da identidade na Associação de Aposentados e Pensionistas de São José dos Campos (1983-1990). [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP, São Paulo, 1988.

DAGNINO, Evelina. Construção Democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.3 n.5. p. 139-164, Out.2004.

DEBERT, G. G. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**, São Paulo, n.42, p.70-83, jun./ago. 1999.

_____. **A reinvenção da velhice**: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento. 1º ed. 2º reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a velhice**. Antropologia e Velhice. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1994. p.7-30. Disponível em: <<http://www.mirelaberger.com.br/mirela/download/td13-guita.pdf>>. Acesso em: 08 Jul. 2018.

DELGADO, J. ; FLOR, C. S. V. Políticas Sociais para Idosos: Algumas Reflexões a Partir do Enfoque de Gênero. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v.17, n.2, p.73-91, Jul./Dez. 2012.

FONTE, I. B. **Diretrizes Internacionais para o Envelhecimento e suas Conseqüências no Conceito de Velhice**. Fundação Joaquim Nabuco. Trabalho apresentado no XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de Novembro, 2002.

GALVÃO, A. Marxismo e Movimentos Sociais. **Revista Crítica Marxista**. n.32, p. 107-126, 2011.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. [Tese de mestrado] Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOETTERT, J. D. **Introdução à História do Movimento Sindical**. 3ª Ed. 1º reimp. Brasília – DF: CNTE/ ESFORCE, 2014.

GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Est. Hist.** Rio de Janeiro, v.22, n. 44, p. 323-354, Jul./Dez. 2009.

GOMEZ, C. M.; LACAZ, F. A. C. Saúde do Trabalhador: novas-velhas questões. **Ciência saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v.10, n.4, out./dez. 2005.

HOBBS, T. **Leviatã**. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.

3 ed. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2016**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2016/tabua_de_mortalidade_2016_analise.pdf> Acesso em: 14 Jul. 2018.

JUSTO, J. S.; ROZENDO, A. S.; CORREA, M. R. **O idoso como protagonista social**. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/6403_O+IDOSO+COMO+PROTAGONISTA+SOCIAL> Acesso em : 07 Jul. 2018.

KALACHE, A. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.3, n.3, jul./set. 1987.

KYMLICKA, W.; NORMAN, W. El retorno del ciudadano. Una revision de la produccion reciente en teoria de la ciudadanía. **La política**. Barcelona, n.3, p. 5-39, 1997.

LACMAN, S.; SZNELWAR, L. I.; JARDIM, T. A. Sofrimento psíquico e envelhecimento no trabalho: um estudo com agentes de transito. **Revista de Terapia ocupacional da universidade de São Paulo**, São Paulo, v.17, n.3, p.129-136, Set./Dez. 2006.

LOPES, W. C. SANTANA, R. O. Movimentos Sociais em diálogo com o Serviço Social. **Caderno Humanidades e Perspectivas**, v.1, n.1, 2017.

MACHADO, Maria Alice Nelli. O movimento dos idosos: um novo movimento social? **Revista Kairós**, São Paulo, 10 (1), p.221-223, Jun.2007.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MISOCZKY, M. C. A. et. al. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? **Cadernos EBAPE**, BR. v.6, n.3, Set.2008.

MORIN, Estelle. O Trabalho e Seus Sentidos. **Revista Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v.19, Edição Especial, p.47-56, 2007.

MOTTA, Alda Britto da. **As Dimensões de Gênero de Classe Social na Análise do Envelhecimento**. 1999. 30 f. Dissertação (Capítulo 2 do doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

_____. Feminismos, gerontologia e mulheres idosas. In: **Gênero, mulheres e feminismos**. BONETTI, A. SOUZA, A.M.F.L. (Org.), EDUFBA/NEIM, Salvador, 2011.

_____. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o -- envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 25, Nº 2. Mai./Ago.2010.

NAUJORKS, C. J. SILVA, M. K. Correspondência identitária e engajamento militante. **Civitas**. Porto Alegre, v.16, n.1, p. 136-152, Jan./Mar. 2016.

NETTO, J. P. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, L. F. V. **A expectativa de vida e mortalidade dos escravos: Uma análise da freguesia do Divino Espírito Santo do Lamim – MG (1859 - 1888)**. Ed. Nº 51, Dez. 2011. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao51/materia01/>> Acesso em: 14 Jul. 2018.

PAIVA, S. O. C. **Envelhecimento saúde e trabalho no tempo do capital**. 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

PINTO, C. R. J. Uma Mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). **Topoi (Rio J.)**, v.15, n.29, p. 565-587, Rio de Janeiro, Jul./Dez. 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. Colaboradores: José Augusto Souza Peres. 3. ed. 14 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

ROZENDO, A.; JUSTO, J. S. Velhice e Terceira Idade: espaços e subjetividade. **Revista Kairós Gerontologia**. 14 (2) p. 143-159 São Paulo, Jun.2011

_____. et. al. Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas. **Revista Kairós Gerontologia**. 13 (1) p.35-52 São Paulo, Jun.2010

SANTOS, R. A. A. S.; CORRÊA, R. G. C. F.; ROLIM, I. L. T. P.; et al. Atenção no cuidado ao idoso: infantilização e desrespeito à autonomia na assistência de enfermagem. **Revista Pesquisa Saúde**. 17 (3) p.179-183, Set./Dez. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahuufma/article/viewFile/6793/4335>> Acesso em: 29 Jul. 2018.

Sobre a FEASAPEB. Disponível em <<http://www.feasapeb.com.br/sobre/>> Acesso em: 17 Nov. 2018.

Sobre a COBAP. Disponível em: <<http://www.cobap.org.br/pagina/67/a-cobap>> Acesso em: 17 Nov. 2018.

SOUZA, J. K. L. L. **Caiu na rede é jovem?** O exercício do protagonismo idoso na internet no Brasil e na Espanha. [Tese de Doutorado] Universidade De Brasília – Departamento de Sociologia. Brasília – DF, 2009.

SOUZA, R. S. CASTRO, A. G. Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Serviço Social no Brasil. **Congresso Catarinense de Assistentes Sociais**, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Movimentos-Sociais-Direitos-Humanos-e-SS-no-Brasil2.pdf>> Acesso em: 29 Nov. 2018.

TAVOLARO. S. B. F. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. **Novos estudos. – CEBRAP**. n.81, p. 117-136 Jul. 2008.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do Trabalhador e as Tendências das Formas de Proteção Social na Sociedade Brasileira. **Revista Argumentum**, Vitória, v.1, n.1, p. 63-77, jul./dez. 2009.

_____. Descentralização e Participação Social: o novo desenho das políticas sociais. **Revista Kátalys**, Florianópolis v.10, n.2 p.154-163, jul./dez. 2007.

TRENTO, G. **Idosos e Mercado de Trabalho**: um estudo sobre os idosos aposentados que continuam trabalhando formalmente no centro de Florianópolis. 2008. 64f. Dissertação (Monografia). Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 2008.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Prezados/as entrevistados/as;

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição da monografia para conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a finalidade de pesquisar, conhecer e compreender o processo de envelhecimento dentro dos movimentos de participação política.

- 1- Idade:
- 2- Sexo:
- 3- Estado Civil:
- 4- Cor, raça/etnia:
- 5- Religião:
- 6- Orientação Sexual:
- 7- Escolaridade:
- 8- Residência: () Mora sozinho/a () Mora com familiares (Quantos ____ Quais _____)
- 9- Outras formas de moradia: _____
- 10- Média salarial quando trabalhava? () até 1 SM () de 2 a 3 SM () de 4 a 5 SM () Acima de 5 SM
- 11- Média salarial após a aposentadoria? () até 1 SM () de 2 a 3 SM () de 4 a 5 SM () Acima de 5 SM
- 12- Aposentado/a? Se não por quê?
- 13- Continua trabalhando? Por quê?
- 14- Categoria profissional pertencente?
- 15- Me conte como foi sua trajetória profissional? Sempre fez parte da mesma categoria? O que o/a fez mudar de categoria (se for o caso)?
- 16- Sempre participou do sindicato/associação? Por quê? Se não, quando começou a participar? Por quê?
- 17- Para você o que é um sindicato/ associação e qual a sua importância?
- 18- Você acha importante a participação no sindicato/ associação? Por quê?
- 19- O que você costuma fazer no sindicato/ associação?
- 20- Você se sente representado enquanto idoso/a no seu sindicato/ associação?
- 21- Como as demandas dos/as idosos/as são acolhidas no seu sindicato/ associação?
- 22- Seu sindicato/ associação te representa? Por quê?
- 23- Pretende continuar no seu sindicato/ associação até que momento da sua vida? Por quê? O que te motiva a continuar participando?
- 24- (Em caso de funcionários/as da FEASAPEB e/ou pessoas que ocupam algum cargo no sindicato e/ou associações) me conte a história dessa instituição. Como começou? Quais as demandas iniciais para a sua criação?

- 25- Como você avalia a existência da FEASAPEB? Importante?
- 26- Quando você decidiu ser participante da FEASAPEB? Por quê?
- 27- Qual a importância da FEASAPEB para você?
- 28- Como você se sente na FEASAPEB? No seu sindicato é a mesma coisa?
- 29- O que você costuma fazer na FEASAPEB?
- 30- Você se sente representado enquanto idoso/a na FEASAPEB?
- 31- Quais são as principais demandas trazidas pela sua categoria profissional? No geral como elas são recebidas?
- 32- Como suas demandas são acolhidas na FEASAPEB?
- 33- A FEASAPEB te representa? Por quê?
- 34- Você pretende continuar a participar da FEASAPEB até que momento da sua vida?
- 35- O que te motiva a estar na FEASAPEB?
- 36- Para você o que é ser velho/a?
- 37- Como foi seu processo de envelhecimento? Quais as principais mudanças?
- 38- Durante o processo de envelhecimento como você começou a ser percebido/a perante a sociedade? Percebeu alguma mudança de tratamento?
- 39- Durante a transição para a fase idosa percebeu alguma diferença de tratamento no seu sindicato/associação? Qual/quais?
- 40- Qual o motivo da sua permanência na militância/ participação política?
- 41- Como a participação política influenciou o seu processo de envelhecimento?
- 42- No que a FEASAPEB contribuiu no seu processo de envelhecimento?
- 43- Você acha que esse espaço é igual para homens e mulheres? Por quê?
- 44- O que você acha da presença masculina ser mais frequente nos sindicatos e na FEASAPEB? Por quê?
- 45- Você acha que esse espaço é igual para negros e brancos? Por quê?
- 46- Sua situação econômica já te prejudicou a participar sindicância? Por quê?
- 47- Para você quais as consequências e/ou importância da participação política / militância para a sociedade como um todo?
- 48- Você se sente representado/a enquanto idoso/a em algum outro movimento social? (Ex: mulheres, negros, MST, etc.)
- 49- Há mais alguma coisa que gostaria de acrescentar? Caso eu não tenha abordado?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado/a participante;

Meu nome é **ALYNE OLIVEIRA BORGES** e estou realizando a pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema **ENVELHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE VELHOS TRABALHADORES SINDICALIZADOS**. Esta pesquisa compõe a minha monografia realizada na **Universidade Federal da Bahia**, sob orientação da **Prof. Dr VALÉRIA NORONHA**. As informações a seguir destinam-se a convidá-lo/a a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso. Para tanto é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

- A sua participação é totalmente voluntária;
- Pode se recusar a responder qualquer pergunta a qualquer momento;
- A coleta de dados tem caráter confidencial e seus dados estarão disponíveis somente para a pesquisadora autora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e para seu orientador/a;
- Partes do que for dito poderão ser usadas no relatório final da pesquisa, sem, entretanto, revelar os dados pessoais dos entrevistados, como nome, endereço, telefone, etc. Dessa forma, as informações obtidas não serão divulgadas para que não seja possível identificar o entrevistado/a, assim como não será permitido o acesso a terceiros, garantindo proteção contra qualquer tipo de discriminação ou estigmatização;
- Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e da mídia, e utilizados na monografia, preservando sempre a identidade dos/as participantes;
- Fica, também, evidenciado que a participação é isenta de despesas;
- Os benefícios da sua participação contribuirão para a produção de conhecimentos sobre o tema;
- Os riscos de fazer essa entrevista são mínimos, mas poderão gerar algum tipo de desconforto e/ou constrangimento diante das questões, podendo ser interrompidas ou não respondidas conforme dito anteriormente;
- Em casos específicos de pesquisas em que se requer o uso de vídeos e fotos dos informantes (grupo focal, pesquisa ação, etc), o informante deverá assinalar que concorda e libera o uso de imagem para divulgação em ambientes midiáticos ou em ambientes científicos como congressos, conferências, aulas, ou revistas científicas, desde que meus dados pessoais não sejam fornecidos:

() SIM, concordo com acesso de minhas imagens por livre e espontânea vontade /OU/

() NÃO, o uso de minhas imagens em forma de vídeos ou fotos não é permitida.

Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que assine o termo em sinal de que o TCLE foi lido, formalizando o consentimento voluntário de participante.

Nome completo

(Legível): _____

Tels: () _____

Email: _____

ASSINATURA _____, ____/____/____.